# DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 158

| | |
|---|---|
| **1. Identificação do Requisitante:** | |
| **Unidade Administrativa Requisitante**: *Setor de Compras* | |
| Responsável: *Filipe Vieira Babsky* | Cargo/Função: Coordenador de Contratos e Prestação de Contas |
| Matrícula: 41.020 | E-mail e telefone do setor: (31) 3558-2315 cultura@mariana.mg.gov.br |

**2. Necessidade**: *Contratação da banda **ALAN E ALEX** para compor a programação do Réveillon da Cidade Alta.*

**1. Justificativa da necessidade:**

*O Réveillon é uma data de grande relevância cultural e social, tradicionalmente associada à celebração coletiva, à confraternização entre famílias e amigos e à valorização dos espaços públicos como locais de convivência e lazer.*

*A realização de programação musical ao vivo contribui de forma significativa para a atratividade do evento, ampliando a participação popular e garantindo um ambiente adequado, seguro e organizado para a celebração. A presença de uma banda possibilita a oferta de entretenimento de qualidade, atendendo a diferentes faixas etárias e perfis de público, além de fomentar o acesso democrático à cultura, em consonância com as políticas públicas de incentivo às manifestações artísticas.*

*Além do aspecto cultural, o evento impacta positivamente a dinâmica social e econômica da Cidade Alta, estimulando o comércio local, o turismo e a ocupação responsável dos espaços urbanos, especialmente em um período de grande circulação de pessoas. A programação organizada pelo Poder Público também contribui para evitar eventos informais e desestruturados, promovendo maior controle, planejamento e segurança.*

**2. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA)**:

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**3. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:**

*Após a assinatura do contrato.*

**4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO**

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento junto às

demais atrações, de acordo com o quantitativo abaixo:

| Item | Qtd | Unid. | Material | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | UN | Contratação da banda Alan e Alex | R$170.000,00 | R$ 170.000,00 |

**6.1- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

(X) Recurso Próprio
( ) Recurso Vinculado Estadual
( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Outros ( quais?) Emenda Parlamentar

***5.*** **Indicação da comissão de planejamento da contratação e pela fiscalização da execução do objeto**:

*Para a adequada condução do procedimento, indicamos o servidor Filipe Vieira Babsky Matrícula 41.020 como membro responsável pela Comissão de Planejamento da Contratação nomeado pelo decreto nº 12.373, de 14 de julho de 2025, bem como o servidor Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48 como membro da Comissão de Fiscalização da Execução do Objeto, que atuarão conforme as disposições legais aplicáveis e acompanharão todas as fases necessárias ao bom andamento e à execução do contrato.*

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana 17 de dezembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Matrícula 41.020 CPF 917.652.006-44
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

**8-RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 158**

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Data: 17/12/2025

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 158

**Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer**

**Objeto:** Contratação da banda **ALAN E ALEX** para compor a programação do Réveillon da Cidade Alta.

## 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Réveillon é uma data de grande relevância cultural e social, tradicionalmente associada à celebração coletiva, à confraternização entre famílias e amigos e à valorização dos espaços públicos como locais de convivência e lazer.

A realização de programação musical ao vivo contribui de forma significativa para a atratividade do evento, ampliando a participação popular e garantindo um ambiente adequado, seguro e organizado para a celebração. A presença de uma banda possibilita a oferta de entretenimento de qualidade, atendendo a diferentes faixas etárias e perfis de público, além de fomentar o acesso democrático à cultura, em consonância com as políticas públicas de incentivo às manifestações artísticas.

Além do aspecto cultural, o evento impacta positivamente a dinâmica social e econômica da Cidade Alta, estimulando o comércio local, o turismo e a ocupação responsável dos espaços urbanos, especialmente em um período de grande circulação de pessoas. A programação organizada pelo Poder Público também contribui para evitar eventos informais e desestruturados, promovendo maior controle, planejamento e segurança.

## 2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;
II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;
III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;
IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

## 4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

| Item | Qtd | Unid. | Material | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | UN | Contratação da banda Alan e Alex | R$ 170.000,00 | R$ 170.000,00 |

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a demanda para a contratação de artista, a administração local realizou levantamento de artistas com aceitação pela opinião pública e que possuíssem disponibilidade para apresentação visando sua participação na programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana. No curso das diligências realizadas pela Secretaria de Cultura, verificou-se que o artista atende aos requisitos previamente definidos e demonstrou interesse e viabilidade para a realização das apresentações.

Destaca-se que o artista detém representatividade no cenário musical local, consolidada por sua trajetória musical e pelo amplo reconhecimento junto ao público. Tal notoriedade é evidenciada por meio de publicações em redes sociais e veículos de comunicação, bem como pela participação em eventos, o que reforça sua relevância e aceitação no meio artístico.

Nos termos do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a regra geral para a Administração Pública é a realização de licitação, visando à obtenção da proposta mais vantajosa e assegurando a competitividade entre os interessados. No entanto, a própria legislação prevê hipóteses em que o procedimento licitatório se revela inviável, especialmente quando há impossibilidade de competição objetiva. Esse é o caso da contratação de serviços artísticos, uma vez que as performances musicais possuem caráter singular e criativo, tornando inviável a comparação entre diferentes artistas com base em critérios meramente objetivos.

Dessa forma, a inexigibilidade de licitação encontra respaldo no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Diante do exposto, e considerando que a artista preenche os requisitos legais exigidos, a contratação direta por inexigibilidade de licitação mostra-se o meio mais adequado e juridicamente seguro para viabilizar a apresentação no evento, garantindo a realização de espetáculo compatível com as expectativas do público e os objetivos culturais da administração municipal.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Dada à potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho artístico, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos, o que não afasta a possibilidade de haver uma contratação com observância da seleção da proposta mais vantajosa, dentre outros princípios a ela atrelados. Mesmo cabendo certa discricionariedade na escolha do executante, nos cercamos de informações que demonstrem a consagração da artista, bem como o mínimo exigido para uma contratação segura e a razoabilidade do preço. O valor proposto para a referida apresentação está em conformidade com os valores praticados pelo artista no mercado, inclusive à mesma época de outras contratações.

| Item | Qtd | Unid. | Material | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | UN | Contratação da banda Alan e Alex | R$ 170.000,00 | R$ 170.000,00 |

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

## 8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

( X ) Não é divisível.

A contratação em tela não é divisível tendo em vista tratar-se de apresentação artística única.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Visando a programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana, pretende-se:

- ✓ Fortalecer a cultura local.
- ✓ Incentivar a integração comunitária em um ambiente de celebração e convívio social saudável.
- ✓ Fomentar o turismo local, atraindo visitantes de Mariana e municípios vizinhos, movimentando a economia informal e o comércio local durante os eventos.
- ✓ Promover o acesso gratuito a atividades culturais de qualidade, democratizando a cultura e fortalecendo a cidadania cultural.

## 10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

A entrega da contratação será em dia e horário a serem definidos. O responsável pelo acompanhamento dos preparativos até a execução da contratação, será um colaborador da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, devidamente designado pelo ordenador de despesa da pasta.

O servidor designado para exercer a função de fiscal do contrato será previamente cientificado de todas as cláusulas contratuais pertinentes, sendo devidamente capacitado para o exercício das atribuições de fiscalização, conforme exige o §1° do art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

O artista contratado bem como os demais integrantes da banda e produção deverão estar aptos e presentes no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de

Patrimônio Cultural e Turismo. A Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo é responsável pelo fornecimento de palco e camarim, sonorização, gerador de energia e apoio logístico para o local.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

( ) Não.
(X) Sim

Contratação de toda estrutura que estará montada e apta para receber o artista e que ficará à disposição durante todos os dias de evento: palco, sonorização, iluminação, gerador de energia e apoio logístico.

## 12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

( ) Não.
(X) Sim.

Com vistas à observância das normas de sustentabilidade ambiental previstas na legislação vigente, todos os resíduos sólidos gerados durante a execução do evento serão devidamente tratados e descartados em conformidade com as diretrizes e normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela política pública de limpeza urbana, coleta, manejo e destinação final de resíduos, garantindo-se o cumprimento dos princípios da responsabilidade ambiental e da eficiência na gestão dos serviços públicos.

No que se refere ao consumo de energia elétrica necessário para a realização do show, caberá a responsabilidade pela adequação da gestão da energia utilizada no evento. Tal medida visa resguardar o erário público, em consonância com os princípios da economicidade e da razoabilidade.

**13. CONCLUSÃO.**

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 7 "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
( X ) Sim.

Mariana, 17 de dezembro de 2025.

**Filipe Vieira Babsky**
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

**Marcos Eduardo Batista**
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

Serão devidamente considerados, na elaboração do Termo de Referência e do contrato, os riscos identificados e classificados no Mapa de Riscos, de modo a subsidiar a adoção de medidas preventivas, mitigar possíveis impactos à execução contratual e assegurar o cumprimento do planejamento institucional.

## MAPA DE RISCO

| RISCO 1 | | |
|---|---|---|
| Não cumprimento do contrato por parte do artista (cancelamento ou qualidade inferior à esperada) | | |
| **Probabilidade:** | ( ) Baixa | ( X ) Média ( ) Alta |
| **Impacto:** | ( ) Baixa | ( ) Média ( X ) Alta |
| **Fase Impactada:** | ( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor<br>( X ) Gestão do Contrato | |
| **Id** | Dano | |
| 1. | Impacto negativo no evento, insatisfação do público e prejuízo financeiro. | |
| **Id** | Ação Preventiva | Responsável |
| 1. | Inclusão de cláusulas contratuais prevendo penalidades por descumprimento e pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço. | Fiscal administrativo do contrato |
| **Id** | Ação de Contingência | Responsável |
| 1. | Abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade. | Gestor do contrato |

| RISCO 2 | | |
|---|---|---|
| Ausência de clareza na especificação dos serviços a serem prestados | | |
| **Probabilidade:** | ( X ) Baixa | ( ) Média ( ) Alta |
| **Impacto:** | ( X ) Baixa | ( ) Média ( ) Alta |
| **Fase Impactada:** | ( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor<br>( X ) Gestão do Contrato | |
| **Id** | Dano | |
| 1. | Descumprimento, pela contratada, de obrigações previstas em contrato. | |
| **Id** | Ação Preventiva | Responsável |
| 1. | Divergências entre as partes sobre o que foi contratado. | Gestor do contrato |
| **Id** | Ação de Contingência | Responsável |
| 1. | Elaboração detalhada do termo de referência, incluindo duração do show, requisitos técnicos e logística. | Gestor do contrato |

# TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

### 1.1 OBJETO

Contratação da banda **ALAN E ALEX** para compor a programação do Réveillon da Cidade Alta.

### 1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1) Inexigibilidade, conforme inciso II, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

3) Condição de Serviço/Bem comum: Celebração de festa popular

4) Serviço contínuo: Não se aplica

5) Contato do responsável: Secretário de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

Telefone: 3558-2315

email: cultura@mariana.mg.gov.br

## 2. JUSTIFICATIVA

O Réveillon é uma data de grande relevância cultural e social, tradicionalmente associada à celebração coletiva, à confraternização entre famílias e amigos e à valorização dos espaços públicos como locais de convivência e lazer.

A realização de programação musical ac(2)ivo contribui de forma significativa para a atratividade do evento, ampliando a participação popula- e garantindo um ambiente adequado, seguro e organizado para a celebração. A presença de uma banda possibilita a oferta de entretenimento de qualidade, atendendo a diferentes faixas etárias e perfis de público, além de fomentar o acesso democrático à cultura, em consonância com as políticas públicas de incentivo às manifestações artísticas.

Além do aspecto cultural, o evento impacta positivamente a dinâmica social e econômica da Cidade Alta, estimulando o comércio local, o turismo e a ocupação responsável dos espaços urbanos, especialmente em um período de grande circulação de pessoas. A programação organizada pelo Poder Público também contribui para evitar eventos informais e desestruturados, promovendo maior controle, planejamento e segurança.

## 3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

| Item | Qtd | Unid. | Material | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | UN | Contratação da banda Alan e Alex | R$ 170.000,00 | R$ 170.000,00 |

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;

II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;

III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;

IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto referente à contratação do artista para apresentação musical, será conduzida em etapas previamente definidas, assegurando o pleno cumprimento do contrato e a efetividade do resultado cultural pretendido pelo Município.

6.1. Início da Execução Contratual

A execução se iniciará com a formalização do contrato administrativo entre a Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da Secretaria de Cultura, e o artista, mediante assinatura contratual e emissão da respectiva Nota de Empenho.

6.2. Planejamento e Articulação Técnica
Após a formalização, será realizada reunião técnica entre a equipe da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, a produção do artista e os responsáveis pela organização, para alinhamento de informações logísticas e técnicas relacionadas à apresentação, tais como:

Definição do local do show;

Data e horário da apresentação, conforme cronograma;

Requisitos técnicos (rider técnico);

Estrutura de palco, som, iluminação e camarins;

Segurança e acessibilidade.

6.3. Logística e Infraestrutura
A Prefeitura de Mariana será responsável por garantir toda a infraestrutura necessária à realização do show, incluindo montagem de palco, sonorização, iluminação, conforme os termos acordados entre as partes e constantes no rider técnico do artista.

6.4. Apresentação do Artista
A apresentação do artista deverá ocorrer no dia e horário previamente definidos, com duração aproximada de 1h30 (uma hora e trinta minutos. O show será de acesso gratuito ao público, integrando o conjunto de ações de valorização cultural, democratização do acesso à arte e fortalecimento do calendário turístico e cultural do município.

6.5. Relatório de Execução
Após a apresentação, será emitido relatório de execução pela equipe técnica da Secretaria de Cultura, atestando o cumprimento do objeto contratual, a adequação da entrega aos parâmetros estabelecidos e a regularidade do serviço prestado. O relatório poderá conter registros fotográficos, audiovisuais e parecer técnico-cultural sobre a atividade.

6.6. Encerramento do Contrato
O encerramento do contrato ocorrerá após a apresentação da artista, a aprovação do relatório de execução e a confirmação do cumprimento de todas as obrigações contratuais por ambas as partes. O pagamento será efetuado conforme previsto contratualmente, condicionado à apresentação da documentação fiscal e do atesto pela fiscalização do contrato.

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação do artista será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a contratação direta quando houver inviabilidade de competição em razão da contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A inviabilidade de competição decorre da natureza personalíssima da apresentação artística pretendida, sendo o artista o único capaz de realizar o serviço de forma autêntica, conforme amplamente reconhecido por sua trajetória, estilo musical e identidade artística. A escolha do artista visa à valorização do evento, à atração de público diverso e à qualificação da programação cultural, aspectos essenciais para o alcance dos objetivos pretendidos.

A comprovação da notória consagração da artista será feita por meio de documentação pública e material promocional, incluindo:

Histórico profissional e biografia artística;

Reconhecimento pelo público;

Ampla circulação na mídia e plataformas digitais.

A contratação será intermediada por sua representação exclusiva, devidamente comprovada mediante apresentação de documento que ateste a exclusividade da empresa ou empresário responsável pela gestão da carreira do artista. Esta exigência está prevista no §1° do art. 74 da Lei 14.133/2021, como condição para a legalidade da inexigibilidade.

Por fim, a adequação dos preços será verificada com base em propostas de apresentações similares, quando disponíveis, bem como em análise da compatibilidade com os valores praticados pelo mercado para artistas de igual notoriedade, nos termos do art. 23, § 4 da referida legislação.

## 8. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

### 8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

**a)** Cartão CNPJ;

**b)** Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### 8.2. HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.
Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar dos procedimentos licitatórios

8.4. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração atestando que a pessoa jurídica a ser contratada não emprega servidor público.

c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

## 9. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não se aplica a essa contratação.

## 10. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação do serviço ocorrerá no dia 30 de dezembro de 2025 em local e horário a ser definido. E contará com toda estrutura e demais responsabilidades de qualquer tipo de autorização, por conta da contratante – Prefeitura Municipal de Mariana.

## 11. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Não se aplica a essa contratação.

## 12. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

12.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria de Cultura Patrimonial, Turismo e Lazer.

12.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as descrições contidas nesse Termo de Referência.

12.3. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE.

12.4. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço. Ficarão por conta da CONTRATADA todos os impostos, taxas, seguros, transportes, materiais de higienização e demais custos necessários a completa disponibilização do objeto.

12.5. Executar fielmente este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e suas alterações.

12.6. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.7. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes

## 13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

13.1. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

13.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas no Termo de Referência;

13.3. Avaliar a qualidade dos serviços prestados por ocasião pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos Nesse Termo de Referência;

13.5. Emitir Autorização de Fornecimento, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA

13.6. Rejeitar o serviço no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7. Atestar, para fins de pagamento da franquia, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço. Exercer a Fiscalização da contratação.

13.8. Reservar à fiscalização da Secretaria o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto nesse Termo de Referência e em tudo o mais que se relacione com o Objeto dessa contratação, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE.

## 14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s). Fiscal (is) correspondentes ao fornecimento,

acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

## 14.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.392.2.074.3.3.90.39.00.00.00.00 FICHA 606 FONTE 1.500.000.0000

## 14.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Não se aplica a essa contratação

## 15. FISCALIZAÇÃO

15.1 O Município de Mariana exercerá a fiscalização por meio do servidor designado, Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48, plenamente capacitado para a função, tendo em vista sua experiência como fiscal de diversos contratos no âmbito desta Secretaria e o exercício de cargo de coordenação. Em caso de sinistro, caberá ao referido servidor entrar em contato com a empresa contratada para averiguar a ocorrência. Constatada qualquer irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados de forma in loco pelo servidor designado, durante a realização do show, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada. A fiscalização abrangerá, dentre outros aspectos, a execução do serviço conforme as especificações técnicas, o cumprimento de normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a qualidade geral da prestação do serviço.

## 16. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência de 90 dias.

## 17. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica a essa contratação.

## 18. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

Não se aplica a essa contratação.

## 19. SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos termos do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21:

19.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

19.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 01% (um por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 10% (dez por cento);

c) 02% (dois por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 20% (vinte por cento);
Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

19.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4° da Lei n° 14.133/21.

19.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

## 20. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação da banda **ALAN E ALEX** para compor a programação do Réveillon da Cidade Alta., para constar como anexo ao edital.

Mariana, 18 de dezembro de 2025.

**Filipe Vieira Babsky**
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

**Marcos Eduardo Batista**
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

**PREFEITURA DE MARIANA**
**Secretaria de Cultura, Patrimônio Cultural e Turismo**

# DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 22.043.661/0001-37 representantes exclusivo da Banda Alan e Alex, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para contratação por inexigibilidade de licitação, em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021.

**Marcos Eduardo Batista**
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

# JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Para a contratação do show da Banda Alan e Alex, procedeu-se à análise do orçamento apresentado, tomando-se como referência os valores praticados pela empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, detentora do contrato de exclusividade para a intermediação e gestão dos shows do referido artista.

A verificação da razoabilidade e adequação do preço foi realizada com base nas notas fiscais emitidas pela mencionada empresa, devidamente válidas e representativas dos valores de mercado atualmente praticados para apresentações da Banda Alan e Alex.

Considerando que a empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA é a única representante autorizada para a comercialização e intermediação dos shows da artista, resta caracterizada a inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de empresário exclusivo.

Dessa forma, a contratação do show da Banda Alan e Alex encontra-se devidamente fundamentada, atendendo aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da economicidade, garantindo a conformidade com a legislação vigente e a adequada aplicação dos recursos públicos.

**Marcos Eduardo Batista**
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

LETÍCIA & VANESSA

A empresa **LETÍCIA E VANESSA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 24.144.516/0001-78, sediada na Rua Silveira Martins, n° 24, Apto 104, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, telefone(s) (24) 988413116, e-mail(s) para contato leticiaevanessaoficial@gmail.com, neste ato representada pelo (a) Sr (a) Vanessa Belucio de Carvalho, portadora do Documento de Identidade n° 26742493-5, inscrita no CPF sob o n° 14197913702, **DECLARA,** sob as penas da lei, sua **PROPOSTA COMERCIAL**, visando a contratação de apresentação artística (show) da dupla Letícia e Vanessa, no dia 31/12/2025, no Reveillon do Município de **MARIANA- MG**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | Quantidade/Unidade | Valor Unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Apresentação artística (show) da dupla Letícia e Vanessa no Reveillon do Município de Mariana- MG.<br><br>**Dia: 31/12/2025**<br>**Horário: 23:00**<br>**Duração do show: 02h (duas horas)** | 01 un | Transporte equipe R$ 10.000,00<br><br>Despesas viagem R$ 2.500,00<br><br>Músicos R$ 4.000,00<br><br>Hotel R$ 2.100,00<br><br>Equipe técnica R$ 3.000,00<br><br>Produção R$ 2.500,00<br><br>Efeitos pirotécnicos R$ 2.000,00<br><br>Alimentação R$ 2.400,00<br><br>Camarim R$1.000,00<br><br>Nota fiscal e contabilidade R$ 8.500,00<br><br>Letícia e Vanessa Produções Artísticas R$ 22.000,00 | R$60.000,00 |

- Prazo de Validade da Proposta: 30 dias
- Valor global da Proposta: R$60.000,00 (sessenta mil reais)
- Forma de pagamento: conforme regimento interno da prefeitura.

LETÍCIA & VANESSA

- Considerações: data especial festiva, valores de trabalho e execução compatíveis com o mercado para a data.

- Declaramos ter pleno conhecimento das exigências da contratação e estarmos de acordo com os termos do mesmo e que acatamos suas determinações, bem como informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, carga, descarga e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.

- Declaramos, também, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega da proposta.

- Declaramos, que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, estar ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para trabalho da Previdência Social e que, se aplicando ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade prevista na legislação; e
- Declaramos, por fim, que não possuímos, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

- Declaramos que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em Linha Reta, colateral ou por afinidade, até o Terceiro Grau, em conformidade com o art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- Declaramos, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

- Declaramos, por fim, que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

**Dados da Empresa:**
Razão Social: LETÍCIA E VANESSA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ: 24.144.516/0001-78
Inscrição Estadual: Isento
Endereço: Rua Silveira Martins 24, Apt. 104 – Flamengo;
Fone: (24) 988413116
E-mail: leticiaevanessaoficial@gmail.com
CEP: 22221-000
Cidade: Rio De Janeiro
Estado: Rio De Janeiro

**Dados bancários para pagamento:**
Banco Inter: 077
Agência: 0001
Conta: 0421410949
Titular: Letícia e Vanessa Produções Artísticas LTDA
Chave Pix: 24144516/0001-78

**Dados do Representante Legal:**
Nome completo: Vanessa Belucio De Carvalho
Estado civil: solteira
Profissão: Artista e empresária
CPF: 14197913702
Documento de identidade (RG): 267424935

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br VANESSA BELUCIO DE CARVALHO
Data: 23/12/2025 15:20:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Vanessa Belucio de Carvalho
(representante legal)

**Prezados Senhores,**

**Eu Alex de Souza Freitas.), representante legal da empresa Extouro Music & Eventos com sede na Av. Heraclito Mourão de Miranda, n 1480, loja 23 – Castelo – Belo Horizonte/MG. Devidamente inscrita no CNPJ sob nº 22.043.661/0001-37, DECLARO, sob as penas da Lei, o que segue:**

*** Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação no presente processo licitatório e que estou ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.**

*** Para fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº14.133/2021, de 01 de abril de 2021, não emprega menor em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de dezesseis anos.**

**Ressalva: Emprego menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )**

**(obs.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**

*** Nos termos do parágrafo 6º do Artigo da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, a empresa Extouro Music & Eventos encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.**

**Belo Horizonte, 21 de Outubro de 2025.**

EXTOURO MUSIC E EVENTOS LTDA:22043661000137

Assinado de forma digital por EXTOURO MUSIC E EVENTOS LTDA:22043661000137
Dados: 2025.10.21 17:10:41 -

**EXTOURO MUSIC & EVENTOS**
**0137 CNPJ: 22.043.661/0001-37**

CONFERE COM ORIGINAL

# DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE SERVIDOR PÚBLICO

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a Pessoa jurídica Extouro Music & Eventos, inscrita no CNPJ nº 22.043.661/0001-37, não possui em seu quadro societário, diretivo ou funcional servidor público da ativa, em qualquer esfera da Administração Pública (Federal, Estadual ou Municipal), direta ou indireta, conforme legislação vigente.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Belo Horizonte, 17 de Dezembro 2025.

EXTOURO MUSIC E EVENTOS LTDA:22043661000137

Assinado de forma digital por EXTOURO MUSIC E EVENTOS LTDA:22043661000137 Dados: 2025.12.17 23:03:03 -03'00'

CONFERE COM ORIGINAL

## DECLARAÇÃO DE RESERVA DE VAGA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a pessoa jurídica Extouro Music & Eventos, inscrita no CNPJ nº 22.043.661/0001-37, cumpre a legislação vigente referente à reserva de vagas destinadas a Pessoas com Deficiência (PCD), nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91, ou, quando não enquadrada no número mínimo de empregados exigido por lei, declara não estar obrigada ao cumprimento da referida cota.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2025.

EXTOURO MUSIC E EVENTOS LTDA:22043661000137

Assinado de forma digital por EXTOURO MUSIC E EVENTOS LTDA:22043661000137
Dados: 2025.12.17 23:05:06 -03'00'

CONFERE COM ORIGINAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

027

| NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) | Código da Natureza Jurídica | Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio |
|---|---|---|
| 31600196874 | 2062 | |

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2400663862

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 002 | | | ALTERACAO |
| | | 2244 | 1 | ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS) |
| | | 2211 | 1 | ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO |
| | | | | |
| | | | | |

BELO HORIZONTE
Local

17 JULHO 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável (Data)
☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável (Data)

Processo em Ordem À decisão
___/___/_____ Data
_____ Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

| 2ª Exigência | 3ª Exigência | 4ª Exigência | 5ª Exigência |
|---|---|---|---|
| ☐ | ☐ | ☐ | ☐ |

___/___/_____ Data
_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

| 2ª Exigência | 3ª Exigência | 4ª Exigência | 5ª Exigência |
|---|---|---|---|
| ☐ | ☐ | ☐ | ☐ |

___/___/_____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11850355 em 19/07/2024 da Empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, Nire 31600196874 e protocolo 244441910 - 17/07/2024. Efeitos do registro: 17/07/2024. Autenticação: 1774C5D79A734389EFCCB429662ACC3246D62ED. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/444.191-0 e o código de segurança zZFM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA-GERAL

# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

| Identificação do Processo | | |
|---|---|---|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 24/444.191-0 | MGP2400663862 | 17/07/2024 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|---|---|
| CPF | Nome |
| 038.815.216-82 | ALEX DE SOUZA FREITAS |

CONFERE COM ORIGINAL



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11850355 em 19/07/2024 da Empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, Nire 31600196874 e protocolo 244441910 - 17/07/2024. Efeitos do registro: 17/07/2024. Autenticação: 1774C5D79A734389EFCCB429662ACC3246D62ED. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/444.191-0 e o código de segurança zZFM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

## TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

## EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA

**ALEX DE SOUZA FREITAS,** brasileiro, casado comunhão parcial de bens, musico, nascido em 10 de abril de 1980, portador da carteira de Identidade nº. MG-7.173.785 expedida pela SSP/MG e CPF nº. 038.815.216-82, residente e domiciliada na Rua Professora Bartira Mourão nº.73 Apto. 804, Bairro Buritis em Belo Horizonte - MG, Cep. 30,492-025

Únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada **EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA,** com sede na Cidade de Belo Horizonte do estado de Minas Gerais, a Rua Desembargador José Satyro nº.183 Apto.302, Bairro Castelo, Cep. 30.840-490, com registro inicial na JUCEMG sob o n. º NIRE 31600196874, e inscrita no CNPJ sob o n. º 22.043.661/0001-37, resolvem de comum acordo alterar seu contrato, pela terceira vez de acordo com as seguintes Clausulas abaixo.

### CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETIVO SOCIAL

A partir desta alteração o objetivo social da sociedade será prestação de serviços de promoção de eventos musicais, serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, atividades de gravação de som e de edição de música, aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes, atividades de gravação de som e de edição de música, atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, produção de filmes para publicidade, aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes. engenharia serviços de engenharia, serviços de desenho técnico e atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura, locacao de mão de obra temporária, instalação e manutenção elétrica, outras atividades de serviços pessoais, agências de publicidade, marketing direto, consultoria em publicidade, outras atividades de publicidade, impressão de material para uso temporário, transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional, confecção de peças de vestuário, exceto roupas intimas e as confeccionadas sob medida produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares, fornecimento de alimentação para eventos e recepções.

### CLAUSULA SEGUNDA: SEDE

A partir desta alteração a sociedade terá sua sede na cidade de Belo Horizonte do estado de Minas Gerais, a Avenida Heráclito Mourão de Miranda nº.1480 sala 23, Bairro Castelo, Cep. 31.330-142.

### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

A vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade gira sob a denominação social de **EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA** com o nome fantasia **EXTOURO MUSIC**

### CLAUSULA SEGUNDA: SEDE

A sociedade tem sua sede na cidade de Belo Horizonte do estado de Minas Gerais, a Avenida Heráclito Mourão de Miranda nº.1480 sala 23, Bairro Castelo, Cep. 31.330-142.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETIVO SOCIAL

O Objetivo social da sociedade é prestação de serviços de promoção de eventos musicais, serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, atividades de gravação de som e de edição de música, aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes, atividades de gravação de som e de edição de música, atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, produção de filmes para publicidade, aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes. engenharia serviços de engenharia, serviços de desenho técnico e atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura, locacao de mão de obra temporária, instalação e manutenção elétrica, outras atividades de serviços pessoais, agências de publicidade, marketing direto, consultoria em publicidade, outras atividades de publicidade, impressão de material para



CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11850355 em 19/07/2024 da Empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, Nire 31600196874 e protocolo 244441910 - 17/07/2024. Efeitos do registro: 17/07/2024. Autenticação: 1774C5D79A734389EFCCB429662ACC3246D62ED. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/444.191-0 e o código de segurança zZFM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA-GERAL

uso temporário, transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional, confecção de peças de vestuário, exceto roupas intimas e as confeccionadas sob medida produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares, fornecimento de alimentação para eventos e recepções.

**CLÁUSULA QUARTA: PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DE ATIVIDADES**

A sociedade início suas atividades em 05 de março de 2015 e terá prazo de duração por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA QUINTA:DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social e de R$ 100.000,00(Cem Mil Reais), divididos em 100.000 (Cem Mil), cotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma subscrito e integralizado, desta forma fica assim a distribuição do capital social:

| Sócio | N. º Cotas. | Vr. Um. Cot. | Vr. Tot. Cot | Porct. |
|---|---|---|---|---|
| **Alex De Souza Freitas** | 100.000 | R$ 1,00 | R$ 100.000,00 | 100% |
| Total | 100.000 | R$ 1,00 | R$ 100.000.00 | 100 % |

Parágrafo Primeiro: a responsabilidade de cada sócio e restrito ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art.1052 CC/2002).
Parágrafo Único: O sócio cedente da plena geral e irrevogável quitação ao cessionário.

**CLÁUSULA SEXTA: DA ADMINISTRAÇÃO, USO DENOMINAÇÃO**

A administração da sociedade fica exclusivamente a cargo do sócio **ALEX DE SOUZA FREITAS,** o qual será delegado poderes para assinar pela sociedade em todos os documentos concernentes a sociedade, cabendo ao mesmo, representação judicial ou extrajudicial, bem como perante as instituições financeiras e bancarias fornecedores e clientes em geral, autarquias e demais repartições Públicas, Federais, Estaduais e Municipais, enfim em todas as relações junto a terceiros, vedado no entanto faze ló em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) sócio (s).

**CLAUSULA SETIMA: RETIRADA PRÓ-LABORE**

O sócio tem direito a retirar mensalmente, uma importância a titulo de pró-labore previamente combinada que será levada à conta de despesas gerais.

**CLAUSULA OITAVA: FILIAL**

A sociedade não possui filial, reservando-se, porem o direito de abri-las em qualquer parte do território nacional, se assim convier observadas as normas que regem a espécie.

**CLÁUSULA NONA: DA PARTILHA DE LUCROS & PERDAS**

No final de cada exercício comercial, que coincidirá com o término do ano civil, será levantado um balanço geral do exercício, sendo que os lucros e ou prejuízos apurados, serão divididos e ou suportados pelos sócios, na proporção de seus capitais subscritos e integralizados na data do balanço.

**CLÁUSULA DECIMA: PROIBIÇÕES**

Fica convencionado entre os sócios, que em hipótese alguma, poderão ser feitos o uso da denominação social, ainda que em conjunto em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, principalmente em se tratando de avais, endossos, fianças, abonos, cauções, seja a que título for.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.**

Os sócios declaram sob as penas da lei, de que a administradora não está impedida, por lei especial, e nem condena ou encontra-se sob efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente,



CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11850355 em 19/07/2024 da Empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, Nire 31600196874 e protocolo 244441910 - 17/07/2024. Efeitos do registro: 17/07/2024. Autenticação: 1774C5D79A734389EFCCB429662ACC3246D62ED. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/444.191-0 e o código de segurança zZFM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

ao acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou contra as normas e defesa da concorrência, contra as relações de consumo, na fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos, será resolvido na forma da legislação vigente, ficando desde já eleito o fórum da comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas, em detrimento a qualquer outro, por melhor situado que esteja.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariedade pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA DIVISÃO DA COTAS**

As cotas da sociedade são indivisíveis, não podendo ser concedidas ou transferidas sem o expresso consentimento dos sócios, cabendo em igualmente de preços e condições o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las no caso de algum dos quotistas pretender ceder as que possui.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE QUALQUER SÓCIO**

Em caso de falecimento ou interdição de quaisquer um dos sócios, a sociedade não dissolverá, ficando herdeiros do falecimento ou interditado, com o direito de continuar na Empresa. Em qualquer das hipóteses indicar um representante que participará da administração, se o "De cujus" ou interdição já tinha esse direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO**

Fica eleito o foro de Belo Horizonte para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem justos e contratados mandaram lavrar o presente instrumento em uma via de igual teor que e assinado pelas partes.

Belo Horizonte /MG, 17 de julho de 2024.

**Sócio(as):**

**ALEX DE SOUZA FREITAS**

**CPF. 038.815.216-82**

Avenida Heráclito Mourão de Miranda, 1480 Sala 13 – Bairro Castelo.
CEP 31330-270 - Belo Horizonte – Minas Gerais
Tele fax: 3476-6552
www.contabilidademedina.com
Email: eder@contabilidademedina.com

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11850355 em 19/07/2024 da Empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, Nire 31600196874 e protocolo 244441910 - 17/07/2024. Efeitos do registro: 17/07/2024. Autenticação: 1774C5D79A734389EFCCB429662ACC3246D62ED. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/444.191-0 e o código de segurança zZFM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA-GERAL

# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

| Identificação do Processo | | |
|---|---|---|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 24/444.191-0 | MGP2400663862 | 17/07/2024 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|---|---|
| CPF | Nome |
| 038.815.216-82 | ALEX DE SOUZA FREITAS |

CONFERE COM ORIGINAL

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11850355 em 19/07/2024 da Empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, Nire 31600196874 e protocolo 244441910 - 17/07/2024. Efeitos do registro: 17/07/2024. Autenticação: 1774C5D79A734389EFCCB429662ACC3246D62ED. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/444.191-0 e o código de segurança zZFM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

# TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, de NIRE 3160019687-4 e protocolado sob o número 24/444.191-0 em 17/07/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11850355, em 19/07/2024. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | |
|---|---|
| CPF | Nome |
| 038.815.216-82 | ALEX DE SOUZA FREITAS |

Documento Principal

| Assinante(s) | |
|---|---|
| CPF | Nome |
| 038.815.216-82 | ALEX DE SOUZA FREITAS |

Belo Horizonte. sexta-feira, 19 de julho de 2024

SRM

Documento assinado eletrônicamente por Laura Aparecida Vieira, Servidor(a) Público(a), em 19/07/2024, às 16:39 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/444.191-0.



CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11850355 em 19/07/2024 da Empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, Nire 31600196874 e protocolo 244441910 - 17/07/2024. Efeitos do registro: 17/07/2024. Autenticação: 1774C5D79A734389EFCCB429662ACC3246D62ED. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/444.191-0 e o código de segurança zZFM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA-GERAL



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|---|---|
| CPF | Nome |
| 873.638.956-00 | MARINELY DE PAULA BOMFIM |

Belo Horizonte. sexta-feira, 19 de julho de 2024

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11850355 em 19/07/2024 da Empresa EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, Nire 31600196874 e protocolo 244441910 - 17/07/2024. Efeitos do registro: 17/07/2024. Autenticação: 1774C5D79A734389EFCCB429662ACC3246D62ED. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/444.191-0 e o código de segurança zZFM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

031

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| 22.043.661/0001-37<br>MATRIZ | | 13/03/2015 |

NOME EMPRESARIAL
**EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| EXTOURO MUSIC | ME |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
**90.01-9-02 - Produção musical**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
**14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida**
**18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário**
**43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica**
**49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional**
**56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê**
**59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade**
**59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente**
**59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música**
**71.12-0-00 - Serviços de engenharia**
**73.11-4-00 - Agências de publicidade**
**73.19-0-03 - Marketing direto**
**73.19-0-04 - Consultoria em publicidade**
**73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente**
**77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes**
**77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador**
**78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária**
**82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas**
**90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares**
**90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação**
**96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| AV HERACLITO MOURAO DE MIRANDA | 1480 | LOJA 23 |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| 31.330-142 | CASTELO | BELO HORIZONTE | MG |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| COMERCIAL.ALANEALEX@GMAIL.COM | (31) 8907-9448 |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| ATIVA | 13/03/2015 |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **13/12/2024** às **10:52:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONFERE COM ORIGINAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

NOME
ALEX DE SOUZA FREITAS

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
MG7173785 SSP MG

CPF
038.815.216-82

DATA NASCIMENTO
10/04/1980

FILIAÇÃO
JOSE ANTONIO R DE FREITAS
MARIA DAS GRACAS DE SOUZA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03948937013

VALIDADE
19/04/2032

1ª HABILITAÇÃO
09/10/2006

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
02768030 74

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
19/04/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

30556384645
MG615279678

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

02768030 74

QR-CODE

032

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

**SERPRO / SENATRAN**

CONFERE COM ORIGINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

# DOCUMENTO MUNICIPAL DE LICENÇA - DML 033

## ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - PESSOA JURÍDICA

**Nº do Alvará:** 2025067621 **Data concessão:** 09/05/2025 **Data validade:** 09/05/2030

**SITUAÇÃO:** Ativo

**Tipo:** Alvará imediato

**Responsável:** Gerência de Licenciamento de Atividades Econômicas

A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.pbh.gov.br

## DADOS DO LICENCIADO

**CNPJ:** 22.043.661/0001-37 **Inscr. Municipal:** 0.984.658/001-6 **Data de Registro:** 19/07/2024

**Razão Social:** EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA

**Nome Fantasia:** EXTOURO MUSIC

**O local é residência de um dos sócios da empresa:** Não

## DADOS DO ESTABELECIMENTO

**Área a ser utilizada (m²):** 30 **O local é residência de um dos sócios?** Não

**Índice cadastral do IPTU:** 295008 041 0244 **Tipo de imóvel (IPTU):** LOJA

## INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS DO IMÓVEL

**Bairro:** Castelo **Regional:** Pampulha - P2 **Município:** Belo Horizonte

**Zoneamento:** OP-1 - Ocupacao Preferencial - 1

**Área de Diretrizes Especiais (ADE):** ADE Bacia da Pampulha

**Setor:** ADE Bacia da Pampulha - Setor 3 - Area de Controle Especial do Uso do Solo

**Demais informações urbanísticas do imóvel:** Centralidade local; Conexão Verde; ADE Bacia da Pampulha

**Acesso principal: (ADMITIDA)**

**Tipo de acesso:** Pedestres

**Endereço:** AVENIDA HERACLITO MOURAO DE MIRANDA

**Número:** 1480 **CEP:** 31330142

**Complemento:** SALA: 23

**Permissividade da via:** Vias de Caráter Misto - VM

**Classificação da via:** ARTERIAL **Largura da via:** >= 15M

## ATIVIDADES

**Atividades NÃO exercidas no local:**

| CNAE | Descrição | Situação |
|---|---|---|
| 9001905-01 | PRODUCAO DE ESPETACULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES (Grupo I) | NÃO exercida |
| 8230001-99 | SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, EXCETO GESTÃO DE ESPAÇOS PARA EXPOSIÇÕES E FEIRAS (Grupo I) | NÃO exercida |

CONFERE COM ORIGINAL

| | | |
|---|---|---|
| 9001906-00 | ATIVIDADES DE SONORIZACAO E DE ILUMINACAO (Grupo I) | NÃO exercida |
| 5920100-00 | ATIVIDADES DE GRAVACAO DE SOM E DE EDICAO DE MUSICA (Grupo I) | NÃO exercida |
| 7311400-01 | PROPAGANDA E PUBLICIDADE, PLANEJAMENTO E ELABORACAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS (Grupo I) | NÃO exercida |
| 7319003-00 | MARKETING DIRETO (Grupo I) | NÃO exercida |
| 7319004-00 | CONSULTORIA EM PUBLICIDADE (Grupo I) | NÃO exercida |
| 7319099-00 | OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (Grupo I) | NÃO exercida |
| 5911102-00 | PRODUCAO DE FILMES PARA PUBLICIDADE (Grupo I) | NÃO exercida |
| 4321500-00 | INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA (Grupo I) | NÃO exercida |
| 7739003-99 | ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES E TELÕES (Grupo II) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** SERVIÇO | **Tipologia** Serviços de alimentação | |
| 5620102-00 | SERVICOS DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES - BUFE (Grupo II) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** SERVIÇO | **Tipologia** Serviços de diversão e esporte | |
| 9001902-00 | PRODUÇÃO MUSICAL (Grupo I) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** SERVIÇO | **Tipologia** Serviços de comunicação | |
| 5911199-00 | ATIVIDADES DE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (Grupo I) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** SERVIÇO | **Tipologia** Serviços técnico- profissionais | |
| 7112000-00 | SERVICOS DE ENGENHARIA (Grupo I) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** SERVIÇO | **Tipologia** Serviços pessoais | |
| 9609299-99 | OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PESSOAIS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (Grupo II) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** SERVIÇO | **Tipologia** Locação de objetos pessoais, domésticos, máquinas e equipamentos | |
| 7739099-00 | ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR (Grupo II) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** SERVIÇO | **Tipologia** Serviços auxiliares de transportes e viagens | |
| 4929902-00 | TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL (Grupo III) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** SERVIÇO | **Tipologia** Serviços auxiliares das atividadedes econômicas | |
| 7820500-00 | LOCACAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA (Grupo I) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** INDÚSTRIA | **Tipologia** Indústria de vestuário, couro e calçados | |
| 1412601-00 | CONFECCAO DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA (Grupo II) | NÃO exercida |
| **Subcategoria:** INDÚSTRIA | **Tipologia** Indústria editorial e gráfica | |
| 1813001-00 | IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO (Grupo II) | NÃO exercida |

## ATIVIDADES AUXILIARES

**Atividades auxiliares:**

| CÓDIGO | Descrição | Situação |
|---|---|---|
| A | Escritório / sede administrativa de empresa(Dispensado de Licenciamento Ambiental) | Admitida |

## ENQUADRAMENTO AMBIENTAL

**ENQUADRAMENTO GERAL:** Dispensado de Licenciamento Ambiental



CONFERE ORIGIN

**CNAE: 1412601-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 1813001-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 4321500-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 4929902-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 5620102-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 5911102-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 5911199-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 5920100-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 7112000-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 7311400-01 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 7319003-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 7319004-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 7319099-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 7739003-99 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 7739099-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 7820500-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 8230001-99 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 9001902-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 9001905-01 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 9001906-00 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**CNAE: 9609299-99 - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

**ATIVIDADE AUXILIAR: A - Dispensado de Licenciamento Ambiental**

## ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

Trata-se de imóvel inserido na Área de Diretrizes Especiais - ADE Bacia da Pampulha, no setor 3 - área de controle especial de uso do solo, em função da vulnerabilidade à contaminação de águas subterrâneas e superficiais (Lei 11.181/19, artigo 194, Anexo VII.1).

## ORIENTAÇÕES GERAIS

Para o funcionamento da atividade, deverão ser atendidas as normas sanitárias, ambientais, de segurança, acessibilidade e posturas, além das orientações constantes neste documento.

O exercício da atividade não residencial deverá ocorrer em conformidade com os termos do alvará de localização e funcionamento, especialmente aqueles referentes às atividades licenciadas, à área utilizada e às restrições ou condições específicas de funcionamento. Caso haja alteração de atividade(s), área utilizada, endereço do estabelecimento, ou demais condições que estejam em desacordo com as informações constantes neste documento, deverá ser providenciado novo alvará de localização e funcionamento (Lei 11.181/19, artigo 339, §°3).

CONFERE COM O ORIGINAL

É necessário informar todos os lotes, imóveis e acessos do empreendimento para possibilitar que a consulta de viabilidade seja processada de forma completa e que o Alvará de Localização e Funcionamento seja concedido corretamente. (Lei 11.181/2019, artigo 176, §§ 4º, 5º, 6º e 7º e Portaria SMPU 028/2020)

Estabelecimentos localizados dentro dos limites laterais das superfícies de APROXIMAÇÃO, DECOLAGEM ou TRANSIÇÃO de AERÓDROMOS, que exerçam atividades de natureza perigosa (consideradas como aquelas que produzem ou armazene material explosivo ou inflamável, que cause perigosos reflexos, irradiações, fumaça ou emanações, ou que possam proporcionar riscos à segurança de voo), necessitam de aprovação do COMAER para sua instalação, conforme itens 10.6 e 10.7 da Portaria COMAER ICA 11-408. Informações sobre as zonas de proteção na qual o imóvel está inserido podem ser verificadas na informação básica, obtida no endereço eletrônico https://siurbe.pbh.gov.br

Todas as edificações destinadas ao USO COLETIVO, cuja finalidade seja comercial, serviço, industrial ou residencial multifamiliar deverão possuir Laudo Técnico de segurança, emitido por profissional legalmente habilitado, com a respectiva ART ou RRT, que ateste a eficiência do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (Decreto 11.998/05).

Em caso de edificação condominial, o atendimento ao disposto na convenção de condomínio e no código civil é de total responsabilidade do licenciado.

Os endereços dos imóveis de Belo Horizonte passam por constantes processos de consolidação e adequação, podendo, o Executivo promover a qualquer tempo sua retificação total ou parcial. Portanto o endereço constante nesse documento poderá ser alterado, caso se enquadre em algum critério de adequação (Lei Municipal n.º 9.691/2009, artigo 41).

Em imóveis de propriedade pública, o exercício da atividade somente pode ser autorizado mediante obtenção de termo de permissão de uso emitido pelo órgão proprietário do imóvel.

Para a instalação de engenho de publicidade (placas ou similares) obter licença específica junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 281). Para obter informações sobre licença de engenho de publicidade, acesse o link: https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6a7597ea9b0e547c484d9e

Para a instalação de toldos no afastamento frontal ou no passeio obter licença de toldo junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 84). Para obter informações sobre licença de toldo, acesse o link: https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6fb6acea9b0e547cd7016c

A emissão de ruídos, sons e vibrações em decorrência de atividades exercidas em ambientes confinados ou não, no Município de Belo Horizonte, obedecerão aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos pela Lei n° 9.505, de 23 de janeiro de 2008 que dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Conforme disposto em seu (Art. 2°; Inciso I a IV) é proibida a emissão de ruídos, sons e vibrações, produzidos de forma que ponha em perigo ou prejudique a saúde individual ou coletiva; cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas; cause incômodo de qualquer natureza; cause perturbação ao sossego ou ao bem-estar públicos; ultrapasse os níveis fixados nesta Lei. A imissão de ruídos acima do limite permitido pode gerar penalidades (Lei Municipal 9.505 de 23 de janeiro de 2008). Se no futuro forem constatados incômodos ou o não atendimento aos limites estabelecidos pela mencionada lei, medidas de adequação deverão ser implementadas.

As empresas interessadas em disponibilizar vagas de emprego e contratar funcionários, devem entrar em contato com a central de captação de vagas do SINE, através do e-mail centraldevagas@pbh.gov.br / telefone: 3277-1463; ou se cadastrar na plataforma gobh.pbh.gov.br e anunciar as ofertas disponíveis.

A atividade deve ser exercida dentro dos limites da área informada, não sendo permitida a utilização de espaço público, como calçadas, praças entre outros, exceto nos casos de obtenção de licenças específicas para tal (mesas e cadeiras, toldos, etc).

É responsabilidade do empreendedor a garantia do exercício das atividades econômicas com o cumprimento das medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias atribuídas a elas pela Lei 11.181/19 ou no processo de licenciamento urbanístico ou ambiental, bem como com o atendimento às condições de segurança previstas na legislação pertinente. (Lei 11.181/19, artigo 339, §4º).



CONFERE COM ORIGINAL

O munícipe é responsável pela veracidade das informações por ele prestadas ao Executivo (Lei 11.181/19, artigo 346 § 3º).

A(s) atividade(s) exercida(s) no local está(ão) dispensada(s) de Licenciamento Ambiental no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA ou do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, uma vez que não se enquadra(m) como de impacto passível de licenciamento ambiental, de acordo com o art. 344, da Lei Municipal nº. 11.181/19 e Deliberação Normativa Nº 102/20 do COMAM. O não enquadramento como empreendimento de impacto ambiental não desobriga a empresa de realizar a correta gestão ambiental do estabelecimento e cumprimento da legislação correlata.

035

Todos os documentos indicados nas exigências para funcionamento da atividade deverão estar disponíveis no estabelecimento, à disposição para consulta da fiscalização e dos órgãos competentes

Caso o imóvel possua Área de Preservação Permanente (APP), esteja a menos de 30m de curso d´água natural e/ou a 50m de nascente ou insurgência d´água, solicitar avaliação da SMMA. Neste caso, deverão ser observadas as disposições referente as áreas de preservação permanente (APP's) constantes na Lei Federal n° 12.651 de 25 de maio de 2012 (Código Florestal Federal) e Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 (Código Florestal do Estado de Minas Gerais).

O alvará de localização e funcionamento deverá ficar afixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização. (Decreto 14.060/2010, artigo 6º, parágrafo único)

CONFERE COM ORIGINAL

# TERMO DE COMPROMISSO

CPF/CNPJ: 22.043.661/0001-37
Nome/Razão social: EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA

EDER AUGUSTO DE RESENDE, CPF 013.***.***-03 neste ato atuando como REPRESENTANTE LEGAL, perante a Prefeitura de Belo Horizonte, da empresa ou do profissional autônomo acima indicado, e sob responsabilidade penal, civil e administrativa, DECLARA:

Que todas as informações prestadas pelo declarante durante o presente procedimento de solicitação de Alvará de Localização e Funcionamento - ALF, tanto por meio de respostas presenciais ou via sistema, estruturadas ou descritivas, quanto por meio de documentos juntados, correspondem à verdade e são feitas sob as penas da lei. Estar ciente que a apuração de eventual irregularidade poderá implicar na cassação do Alvará de Localização e Funcionamento, na interdição do estabelecimento e na aplicação de multas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

Que a edificação em que a atividade está instalada atende aos dispositivos legais de prevenção e combate a incêndio e pânico, conforme Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB ou laudo técnico que ateste a eficiência do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico.

Que no caso de edificação condominial, respeita os termos da convenção de condomínio e do Código Civil.

Que está apto ao exercício da atividade, nos termos da legislação que a regulamenta.

Que atende às normas sanitárias, ambientais, de segurança, acessibilidade e posturas, além das orientações específicas e das diretrizes constantes do Alvará de Localização e Funcionamento.

Que em caso de imóvel tombado ou com processo de tombamento aberto, realizará a necessária anuência prévia na Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público - DPCA e licenciamento pela Subsecretaria de Regulação Urbana - Sureg para realização de qualquer acréscimo, demolição, modificação interna ou externa, ou reforma no imóvel, em conformidade a Lei nº 9.725/09 (Art. 12, §1º), e que está ciente de que sua execução sem licenciamento constitui infração de acordo com os Art. 16 e Art. 17 da Lei nº 3.802, de 1984, bem como com os Art. 17 e Art. 18 do Decreto-lei federal nº 25, de 1937.

Estar ciente de que a falsidade na prestação das informações constitui crime, na forma do art. 299, do Código Penal, bem como dos artigos 3º e 69A da Lei Federal de Crimes Ambientais nº 9.605/1998 e infração administrativa na forma do art. 62, do Decreto Municipal nº 16.529/2016.

Que o empreendimento ora em licenciamento não está localizado em Área de Preservação Permanente - APP (Lei nº 12.651/12) ou está em APP e foi devidamente regularizado pelo COMAM.

Estar ciente dos limites de imissão de ruídos estabelecidos pela Lei no 9.505/2008.

Este termo é firmado sob as penas da lei, por meio de uso de senha pessoal, de total responsabilidade do declarante, em substituição à assinatura convencional.

CONFERE COM ORIGINAL

EXTOURO
MUSIC & EVENTOS

## DADOS BANCARIOS – EXTOURO MUSIC & EVENTOS

EMPRESA: EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA

BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

AG: 1529 CC: 579077021-1 OP: 1292

CHAVE PIX: 22.043.661/0001-37

CONFERE COM ORIGINAL

0( 037

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

# DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

**REGISTROS DE ACESSO**
Codigo de Controle: **ABCFFONMIM**
Documento/Certidão nº **34.491.557** Exercício: **2025**
Emissão em: **17/12/2025** Requerimento em: **17:36:35** Validade: **16/01/2026**

Nome: **EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA**
CNPJ: **22.043.661.0001.37**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

CONFERE COM ORIGINAL

038

# SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

| CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS<br>**Negativa** | CERTIDÃO EMITIDA EM: 14/11/2025<br>CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 12/02/2026 |
|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| NOME: EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA | | |
| CNPJ/CPF: 22.043.661/0001-37 | | |
| LOGRADOURO: AVENIDA HERACLITO MOURAO DE MIRANDA | | NÚMERO: |
| COMPLEMENTO: | BAIRRO: CASTELO | CEP: 31330142 |
| DISTRITO/POVOADO: | MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE | UF: MG |

**Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:**

**1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;**

**2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.**

**Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.**

| IDENTIFICAÇÃO | NÚMERO DO PTA | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| | | |

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000936115341

CONFERE COM ORIGINAL

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA**
**CNPJ: 22.043.661/0001-37**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:50:55 do dia 18/12/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/06/2026.
Código de controle da certidão: **136B.CBE2.CF6E.EDA7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM ORIGINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 22.043.661/0001-37
Certidão nº: 58316905/2025
Expedição: 30/09/2025, às 12:27:02
Validade: 29/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.043.661/0001-37, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONFERE COM ORIGINAL

**Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**

**BELO HORIZONTE**

041

# CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA
CNPJ: 22.043.661/0001-37

**Observações:**

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 18 de Dezembro de 2025 às 09:05

BELO HORIZONTE, 18 de Dezembro de 2025 às 09:05

**Código de Autenticação:** 2512-1809-0538-0067-4263

CONFERE COM ORIGINAL

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

042

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 22.043.661/0001-37
**Razão Social:** EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA
**Endereço:** AV HERACLITO MOURAO DE MIRANDA 1480 LOJA 23 / CASTELO / BELO HORIZONTE / MG / 31330-142

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**04/12/2025 a 02/01/2026

**Certificação Número:** 2025120412262262414603

Informação obtida em 18/12/2025 01:57:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CONFERE COM ORIGINAL

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087.
AV. BARBACENA, 1200 - 17° ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO
CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG.

REIMPRESSÃO

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA PELA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

9 043

**ALEX DE SOUZA FREITAS**
AV PRES TANCREDO NEVES 3000 AP 1101 BL 2
PAQUETA
31330-472 BELO HORIZONTE, MG
CPF 038.8**.***-**

| Referente a | Vencimento | Valor a pagar (R$) |
|---|---|---|
| MAR/2025 | 11/04/2025 | 479,42 |

Nº DA INSTALAÇÃO
**3011938597**

NOTA FISCAL Nº 252317421 - SÉRIE 000
Data de emissão: 24/03/2025
Consulte pela chave de acesso em:
http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/nf3e
chave de acesso:
31250306981180000116660002523174211063401533
Protocolo de autorização: 1312500272773476
25.03.2025 às 00:49:30

| Classe | Subclasse | Modalidade Tarifária | Datas de Leitura | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Anterior | Atual | Nº de dias | Próxima |
| Residencial Trifásico | Residencial | Convencional B1 | 19/02 | 21/03 | 30 | 16/04 |

## Valores Faturados

| Itens da Fatura | Unid. | Quant. | Preço Unit | Valor (R$) | PIS/COFINS | Base Calc. ICMS | Aliq. ICMS | ICMS | Tarifa Unit. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Energia Elétrica | kWh | 435 | 1,01703171 | 442,39 | 14,90 | 442,39 | 18,00 | 79,63 | 0,79969000 |
| Contrib Ilum Publica Municipal | | | | 34,52 | | | | | |
| Juros 1%am sobre conta 01/25 pg 21/02/25 | | | | 2,14 | | | | | |
| Correção IPCA/IGPM s/ conta 01/25 pg 21/02/25 | | | | 0,37 | | | | | |
| **TOTAL** | | | | **479,42** | **14,90** | **442,39** | | **79,63** | |

## Informações Técnicas

| Tipo de Medição | Medição | Leitura Anterior | Leitura Atual | Constante de Multiplicação | Consumo kWh |
|---|---|---|---|---|---|
| Energia kWh | PRD235005614 | 10.152 | 10.587 | 1 | 435 |

## Histórico de Consumo

| MÊS/ANO | Cons. kWh | Média kWh/Dia | Dias |
|---|---|---|---|
| MAR/25 | 435 | 14,50 | 30 |
| FEV/25 | 573 | 20,46 | 28 |
| JAN/25 | 635 | 19,24 | 33 |
| DEZ/24 | 493 | 17,60 | 28 |
| NOV/24 | 477 | 15,90 | 30 |
| OUT/24 | 631 | 19,12 | 33 |
| SET/24 | 572 | 19,72 | 29 |
| AGO/24 | 491 | 15,83 | 31 |
| JUL/24 | 594 | 18,56 | 32 |
| JUN/24 | 511 | 16,48 | 31 |
| MAI/24 | 578 | 18,64 | 31 |
| ABR/24 | 530 | 18,27 | 29 |
| MAR/24 | 633 | 21,82 | 29 |

## Informações Gerais

Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.328, de 21/05/2024. Redução aliquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros)baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. FEV/25 Band. Verde - MAR/25 Band. Verde.

## Reservado ao Fisco

| | Base de cálculo (R$) | Alíquota (%) | Valor (R$) |
|---|---|---|---|
| ICMS | 442,39 | 18,00 | 79,63 |
| PASEP | 362,76 | 0,73 | 2,64 |
| COFINS | 362,76 | 3,38 | 12,26 |

Fale com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

| Código de Débito Automático | Instalação | Vencimento | Total a pagar |
|---|---|---|---|
| 008130768701 | 3011938597 | 11/04/2025 | R$479,42 |

**Março/2025**
**Comprovante de Pagamento**

CONFERE COM ORIGINAL

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

**DANFSe v1.0**
**Documento Auxiliar da NFS-e**

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA

044

**Chave de Acesso da NFS-e**
31062002222043661000137000000000000125126865668903

| Número da NFS-e | Competência da NFS-e | Data e Hora da emissão da NFS-e |
|---|---|---|
| 1 | 02/12/2025 | 03/12/2025 16:25:34 |
| **Número da DPS** | **Série da DPS** | **Data e Hora da emissão da DPS** |
| 1 | 900 | 03/12/2025 16:25:34 |

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

## EMITENTE DA NFS-e

Prestador do Serviço

| CNPJ / CPF / NIF | Inscrição Municipal | Telefone |
|---|---|---|
| 22.043.661/0001-37 | - | - |

**Nome / Nome Empresarial**
EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA

**E-mail**
-

| Endereço | Município | CEP |
|---|---|---|
| HERACLITO MOURAO DE MIRANDA, 1480, CASTELO | Belo Horizonte - MG | 31330-142 |

| Simples Nacional na Data de Competência | Regime de Apuração Tributária pelo SN |
|---|---|
| Não optante | - |

TOMADOR DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

## SERVIÇO PRESTADO

| Código de Tributação Nacional | Código de Tributação Municipal | Local da Prestação | País da Prestação |
|---|---|---|---|
| 12.13.01 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, | 001 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, e... | Acaiaca - MG | - |

**Descrição do Serviço**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTISTICO DA DUPLA SERTANEJA ALAN E ALEX E BANDA,NAS FESTIVIDADES DA 1 FESTA DOS GARIMPEIROS DO ALTO DO RIO DOCE, REALIZADA NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2025 NO MUNICIPIO DE ACAICA/MG.

DADOS BANCARIOS: EXTOURO MUSIC
AG: 1529 ; CC: 57.9077021-1/ OP: 1292
CHAVE PIX: 22.043.661/0001- 37

## TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

| Tributação do ISSQN | País Resultado da Prestação do Serviço | Município de Incidência do ISSQN | Regime Especial de Tributação |
|---|---|---|---|
| Operação Tributável | - | Belo Horizonte - MG | Nenhum |
| **Tipo de Imunidade** | **Suspensão da Exigibilidade do ISSQN** | **Número Processo Suspensão** | **Benefício Municipal** |
| - | Não | - | - |
| **Valor do Serviço** | **Desconto Incondicionado** | **Total Deduções/Reduções** | **Cálculo do BM** |
| R$ 230.000,00 | - | - | - |
| **BC ISSQN** | **Alíquota Aplicada** | **Retenção do ISSQN** | **ISSQN Apurado** |
| R$ 230.000,00 | 5,00% | Não Retido | R$ 11.500,00 |

## TRIBUTAÇÃO FEDERAL

| IRRF | CP | CSLL | |
|---|---|---|---|
| - | - | - | |
| **PIS** | **COFINS** | **Retenção do PIS/COFINS** | **TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL** |
| R$ | R$ | - | R$ 0 |

## VALOR TOTAL DA NFS-E

| Valor do Serviço | Desconto Condicionado | Desconto Incondicionado | ISSQN Retido |
|---|---|---|---|
| R$ 230.000,00 | R$ | R$ | - |
| **IRRF, CP,CSLL - Retidos** | **PIS/COFINS Retidos** | | **Valor Líquido da NFS-e** |
| R$ 0,00 | - | | **R$ 230.000,00** |

## TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

| Federais | Estaduais | Municipais |
|---|---|---|
| 6,00 % | 0,00 % | 5,00 % |

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**Cod Evt:** Shows e eventos

CONFERE COM ORIGINAL

# NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

| Nº:2025/9 | Emitida em: 21/02/2025 às 11:24:05 | Competência: 21/02/2025 | Código de Verificação: 456d5472 |
|---|---|---|---|

045

**EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA**
**CPF/CNPJ: 22.043.661/0001-37** **Inscrição Municipal: 0984658/001-6**
AVE HERACLITO MOURAO DE MIRANDA, 1480, LOJA 23, Castelo - Cep: 31330-142
Belo Horizonte MG
Telefone: Email:

## Tomador do(s) Serviço(s)

**CPF/CNPJ: 04.124.922/0001-61** **Inscrição Municipal: Não Informado**
**MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA**
AVENIDA AMAZONAS, 126, CENTRO - Cep: 30180-000
Belo Horizonte MG
Telefone: Não Informado Email: Não Informado

**NFS-e Substituída:** 2025/5

## Discriminação do(s) Serviço(s)

APRESENTAÇÃO ARTISTICA DA DUPLA ALAN E ALEX ,NO EVENTO RODEIO DE ITAPECERICA QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 04 DE ABRIL DE 2025.
Optante Pela Perse::

TRIBUTAÇAO DE IMPOSTOS FEDERAIS EM ALIQUOTA IGUAL A 0%, - LEI 14.148/2021- ARTIGO 4º ALIQUOTA SERA DE 0% DURANTE PERIODO DE 60 MESES, SENDO CONTADO A PARTIR DO INICIO DA PRODUÇAO DOS EFEITOS DA LEI, TRIBUTOS INCLUSOS: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL.

DADO BANCARIOS: Banco: Caixa Economica AG: 1382 CC: 2927-6 - Op:03 ral entretenimento/ chave Pix Cnpj: 22.043.661/0001-37

**Código de Tributação do Município (CTISS)**
1213-0/01-88 / Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

**Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:**
12.13 / Producao, mediante ou sem encomenda previa, de eventos, espetaculos, entrevistas, shows, ballet, dancas, desfiles, bailes, teatros, operas, concertos, recitais, festivais e congeneres.

**Cod/Município da incidência do ISSQN:**
3106200 / Belo Horizonte

**Natureza da Operação:**
Tributação no município

| | |
|---|---|
| **Valor dos serviços:** | **R$ 250.000,00** |
| (-) Descontos: | R$ 0,00 |
| (-) Retenções Federais: | R$ 0,00 |
| (-) ISS Retido na Fonte: | R$ 0,00 |
| **Valor Líquido:** | **R$ 250.000,00** |

| | |
|---|---|
| **Valor dos serviços:** | **R$ 250.000,00** |
| (-) Deduções: | R$ 0,00 |
| (-) Desconto Incondicionado: | R$ 0,00 |
| **(=) Base de Cálculo:** | **R$ 250.000,00** |
| (x) Alíquota: | 5% |
| **(=)Valor do ISS:** | **R$ 12.500,00** |

**Outras Informações:**
**Chave de acesso no Ambiente de Dados Nacional: 31062001222043661000137250000000000925022900932118.**

**Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda**
Rua Espírito Santo, 605 - 3º andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG.
Dúvidas: SIGESP

BH NOTA 10

CONFERE COM ORIGINAL

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

# DANFSe v1.0
## Documento Auxiliar da NFS-e

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA

**Chave de Acesso da NFS-e**
31062002222043661000137000000000000225120613238356

| Número da NFS-e | Competência da NFS-e | Data e Hora da emissão da NFS-e |
|---|---|---|
| 2 | 03/12/2024 | 03/12/2025 17:36:17 |
| **Número da DPS** | **Série da DPS** | **Data e Hora da emissão da DPS** |
| 3 | 900 | 03/12/2025 17:36:17 |

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

| EMITENTE DA NFS-e<br>Prestador do Serviço | CNPJ / CPF / NIF<br>22.043.661/0001-37 | Inscrição Municipal<br>- | Telefone<br>- |
|---|---|---|---|
| **Nome / Nome Empresarial**<br>EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA | | **E-mail**<br>- | |
| **Endereço**<br>HERACLITO MOURAO DE MIRANDA, 1480, CASTELO | | **Município**<br>Belo Horizonte - MG | **CEP**<br>31330-142 |
| **Simples Nacional na Data de Competência**<br>Não optante | | **Regime de Apuração Tributária pelo SN**<br>- | |

TOMADOR DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

## SERVIÇO PRESTADO

| Código de Tributação Nacional | Código de Tributação Municipal | Local da Prestação | País da Prestação |
|---|---|---|---|
| 12.13.01 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, | 001 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, e... | Riacho dos Machados - MG | - |

**Descrição do Serviço**
Prestação de show da dupla Alan e Alex nas festividades da cidade de Riacho dos Machados/MG no dia 23 de Maio de 2026.

Dados Bancarios
AG: 1529
cc: 579077021-1 - op : 1292
chave pix: 22.043.661/0001-37

## TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

| Tributação do ISSQN | País Resultado da Prestação do Serviço | Município de Incidência do ISSQN | Regime Especial de Tributação |
|---|---|---|---|
| Operação Tributável | - | Belo Horizonte - MG | Nenhum |
| **Tipo de Imunidade** | **Suspensão da Exigibilidade do ISSQN** | **Número Processo Suspensão** | **Benefício Municipal** |
| - | Não | - | - |
| **Valor do Serviço** | **Desconto Incondicionado** | **Total Deduções/Reduções** | **Cálculo do BM** |
| R$ 220.000,00 | - | - | - |
| **BC ISSQN** | **Alíquota Aplicada** | **Retenção do ISSQN** | **ISSQN Apurado** |
| R$ 220.000,00 | 5,00% | Não Retido | R$ 11.000,00 |

## TRIBUTAÇÃO FEDERAL

| IRRF | CP | CSLL | |
|---|---|---|---|
| - | - | - | |
| **PIS** | **COFINS** | **Retenção do PIS/COFINS** | **TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL** |
| - | - | - | - |

## VALOR TOTAL DA NFS-E

| Valor do Serviço | Desconto Condicionado | Desconto Incondicionado | ISSQN Retido |
|---|---|---|---|
| R$ 220.000,00 | R$ | R$ | - |
| **IRRF, CP,CSLL - Retidos** | **PIS/COFINS Retidos** | | **Valor Líquido da NFS-e** |
| R$ 0,00 | - | | **R$ 220.000,00** |

## TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

| Federais | Estaduais | Municipais |
|---|---|---|
| 6,00 % | 0,00 % | 5,00 % |

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**Cod Evt:** Shows e eventos

CONFERE COM ORIGINAL

ALAN E ALEX

Em 1995, **Alan e Alex**, Mineiros de Belo Horizonte, se tornaram parceiros, grandes amigos e formaram uma das maiores duplas do Brasil. Sendo considerada a revelação da música sertaneja romântica, ganharam vários prêmios e se tornaram presença certa nos maiores eventos do gênero em todo país e fora do Brasil também.

Alan e Alex se destacaram pela versatilidade e empatia com o público, mesclando grandes sucessos de Zezé di Camargo e Luciano, Daniel, Leonardo, Chitãozinho & Xororó e sucessos do seu primeiro CD, sendo este tocado nas principais rádios de Belo Horizonte e Minas Gerais.
O talento e o carisma fizeram com que a dupla estourasse por todo o estado de Minas Gerais com um ritmo contagiante!

Alan,25 anos de carreira, cantor, também abre caminho como compositor com a música de sucesso nacional "Não preciso de você "gravada por Eduardo Costa.

Alex,30 anos de carreira, cantor, compositor e produtor artístico. Já fez produção musical de vários artistas entre tantos, produziu o cantor Eduardo Costa no CD EDUARDO COSTA NO BOTECO que vendeu mais de 100 mil copias em todo Brasil. Em 2019, paralelamente, Alex lança o projeto "LU & ALEX" em parceria com a cantora Luciana Fossi. O DVD foi gravado em 2018 na cidade de Uberlândia/MG, com participações de Léo Magalhães, Zezé di Camargo & Luciano, Cesar Menotti & Fabiano, Bruno e Marrone, Eduardo Costa, Felipe & Falcão e que foi um grande sucesso em todo país.

A dupla se destaca com composições gravadas por grandes cantores como Eduardo Costa, Gino e Geno, Sergio Reis, Gusttavo Lima e outros.

- Em 2005 a dupla grava o primeiro CD "De Alma e Coração" tendo a participação da dupla Cesar Menotti & Fabiano e da Banda Roupa Nova e com direção musical do conceituado produtor Newton D' Ávila, profissional que "estourou" artistas de renome em todo Brasil.
- Em 2006, gravaram o 1º CD Ao vivo em Belo Horizonte. Neste mesmo ano a dupla participou do DVD do cantor Eduardo Costa com a música "Estrela Perdida", que se tornou uma das mais tocadas no país.
- Em 2008, a dupla lança o CD e DVD "Alan e Alex – Ao Vivo em BH", com participação dos amigos Eduardo Costa e Tomate, apresentando um repertório mais pop que mistura o sertanejo com axé e "o batidão do Sul do Brasil".

- Em seguida a dupla gravou o CD "Alan e Alex – Elétrico" que mostra um novo jeito de fazer sertanejo e lançando moda em todo Brasil, colocando as duplas de todo país em cima de trios elétricos.
- Em 2010 foi lançado o CD da dupla "Tamo Junto e Misturado", consolidando Alan e Alex como o sertanejo alto astral e sem melancolia.
- Em janeiro 2012 a dupla gravou o 2º DVD. A gravação aconteceu no Chevrolet Hall em Belo Horizonte com uma megaestrutura de luz, som e palco, em uma superprodução dirigida por Ivan Miyazato e Fernando Trevisan considerados os melhores produtores do segmento e contaram com as participações de Edson & Hudson, Banda Yahoo, Marcelinho de Lima e Camargo e Alexandre Peixe.
- Em março de 2013 a dupla lança o CD "Só as Tops", incluindo os sucessos "Cê Num Tá Entendendo Não" e "Não Vou Me Amarrar". Em setembro deste mesmo ano é gravado o 3º DVD. A gravação aconteceu na Festa de Rodeio da Cidade de Sarzedo/MG. Toda produção foi dirigida por Ivan Miyazato e participações de Munhoz e Mariano e Alexandre Peixe.
- Em 2014, Alan e Alex em parceria com Cesar Menotti & Fabiano, fazem shows em todas as regiões do país nas festividades em comemoração aos 20 anos do SEST e SENAT.

Com um jeito diferente de fazer música sertaneja a dupla vira moda em todo Brasil e segue com turnês pela Europa e Estados Unidos.

- Em 2016, a dupla inicia duas grandes parcerias - MC Produções Artísticas e Divminas.

  *MC Produções Artísticas, empresa de contratações e produções de shows artísticos, na qual está à frente o empresário e amigo Marcinho Costa.
  *Divminas, empresa especializada na área de divulgações de rádios em todo o Brasil. A frente desta, temos os empresários e amigos Antônio Carlos (Toninho divulgador) e Henrique Leonel.
  Duas importantes empresas, que juntamente com a RAL Entretenimento projetam A PRESSÃO DO BRASIL para o cenário nacional.

- Em 2020, Alan e Alex retomaram a parceria. No final do mesmo ano gravaram o 4º DVD com mais uma megaestrutura de luz, som e palco e com participações de Gian & Giovani, João Bosco & Vinícius, Léo Guimarães, Raí "Saia Rodada" e Bruno " Bruno & Marrone". Este DVD será lançado pela Som Livre, uma das maiores gravadoras do nosso país e que promete encantar mais uma vez todos os seus fãs pelos quatro cantos do Brasil.

Enfim, apresentamos a vocês a dupla que é A PRESSÃO DO BRASIL!!

Metropax
Apresenta

**DAVID QUINLAN** **ALAN E ALEX** **BRUNO** (Bruno & Marrone) **PADRÉ JUAREZ** Mensagem especial



# valorizando Emoções

## 02.NOVEMBRO

HORÁRIO: 14H ÀS 15H

**BAND MINAS | 14H ÀS 15H**

www.youtube.com/grupometropax


06 A 08
DE JUNHO
DE 2025
ENTRADA FRANCA
TODOS OS DIAS
06.JUN
SEXTA
07.JUN
SÁBADO
08.JUN
DOMINGO


CONFIRMADO!
SEX- 25/JUL

051

28 A 30 DE JUNHO

# 71º ANIVERSÁRIO DE SENHORA DE OLIVEIRA

ENTRADA FRANCA
**TODOS OS DIAS!**

**DOMINGO, 30/06**
TRADICIONAL **SHOW DE MOTOCROSS**



**A MAIOR FESTA DE TODOS OS TEMPOS**

28.06 DI PAULLO & PAULINO | RICK & RICARDO

29.06 ALAN&ALEX | GEORGE HENRIQUE & RODRIGO

30.06 RELBER & ALLAN

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

SENHORA DE OLIVEIRA GOVERNO MUNICIPAL
CONSTRUINDO O PRESENTE PLANEJANDO O FUTURO

VILLAS & FAZENDAS DE MINAS

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

EXTOURO MUSIC


Guaraná
MINEIRO
APRESENTA:
SAVE THE
DATE
22
DEZ
STAR
BROTHERS
DE BH
ATRAÇÕES CONFIRMADAS
EDUARDO COSTA • MARCELINHO DI LIMA
CEZAR MENOTTI E FABIANO • ALAN E ALEX
CONVIDADO ESPECIAL: ANTONIO CARLOS & RENATO

053

# Fortuna de 61 Minas

## 61 Anos

1, 2 e 3 MARÇO



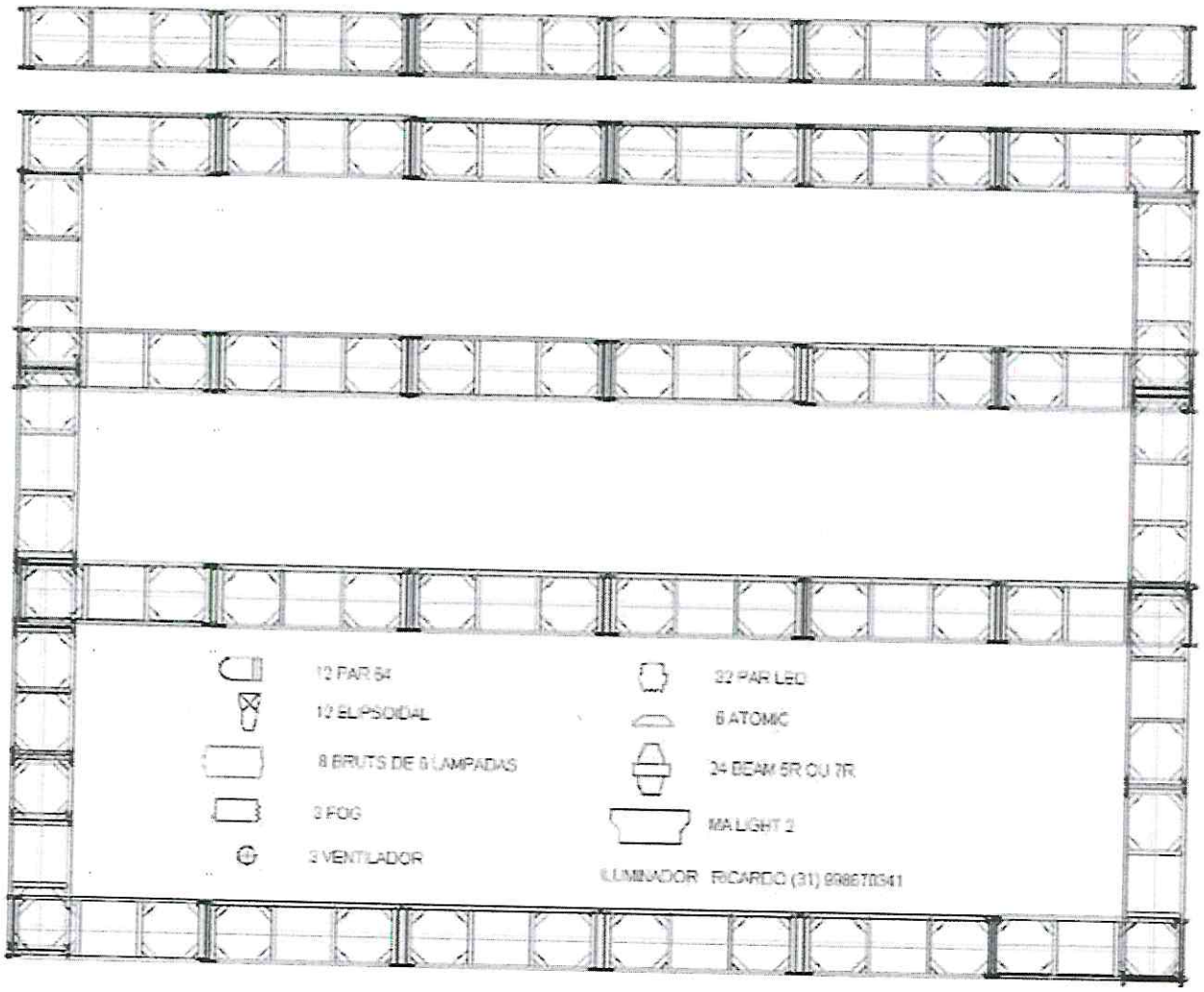

PRAÇA DR. BERNARDO ALVES COSTA - FORTUNA DE MINAS

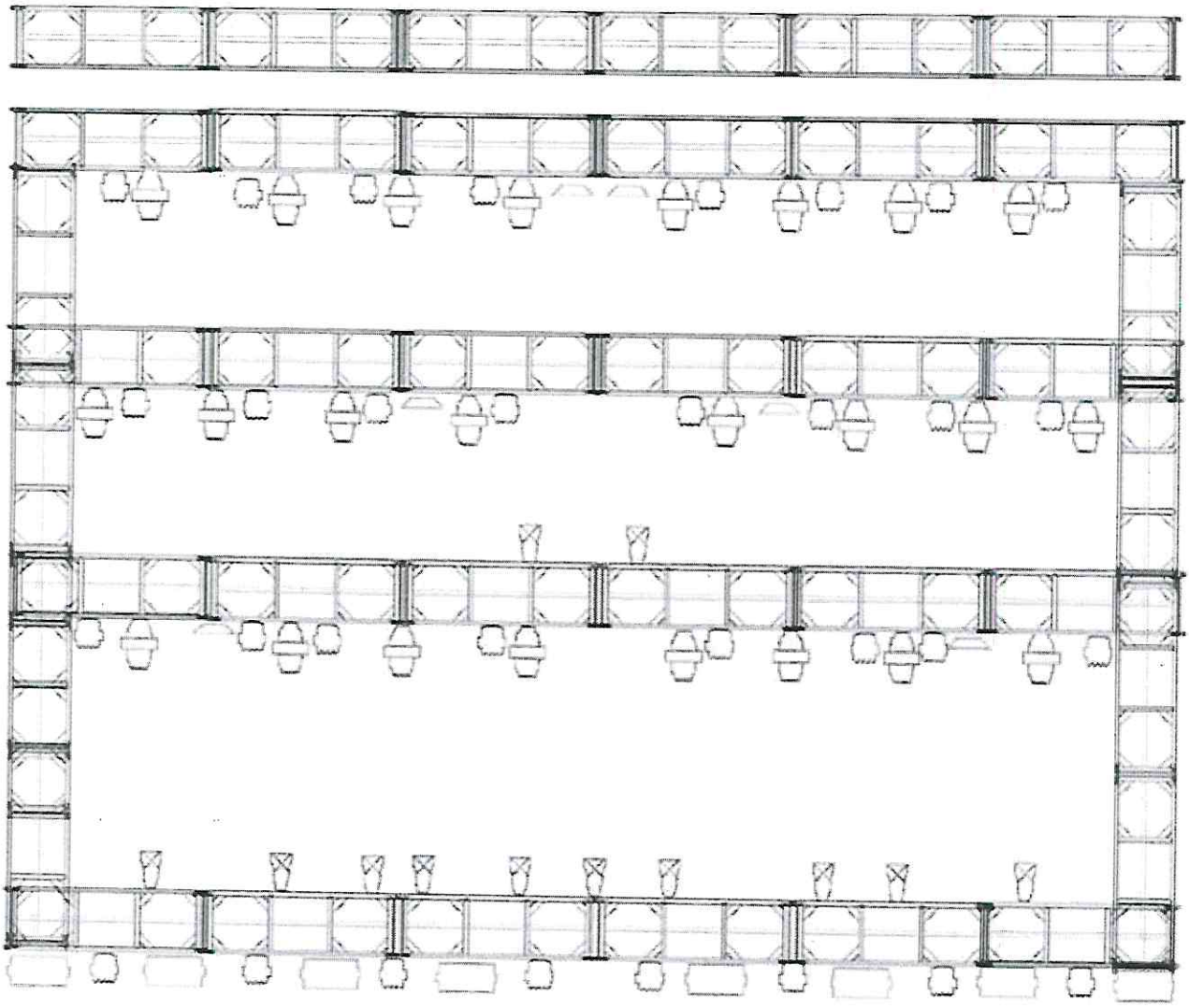
61 Anos Fortuna de Minas

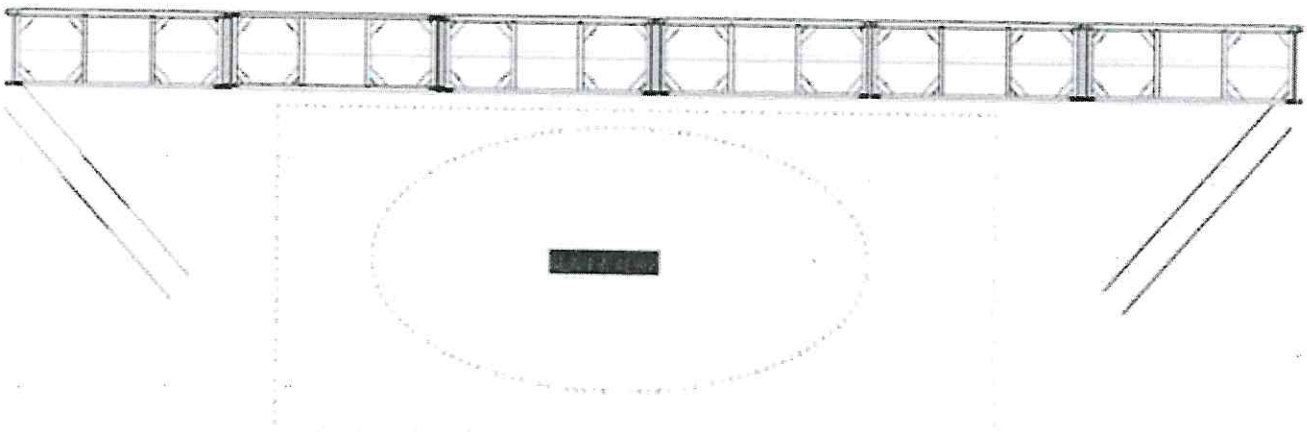
SECRETARIA DE ESPORTE LAZER, CULTURA E TURISMO

Prefeitura de FORTUNA DE MINAS Um novo tempo


3ª QUEIMA DO ALHO
DE MATOZINHOS
ATRAÇÃO CONFIRMADA
ALAN & ALEX
11 MAIO / HOTEL DA MATA
R. SÉTIMO AUGUSTO, 131 PROGRESSO - MATOZINHOS
HOTEL DA MATA
"Recepções e Eventos"

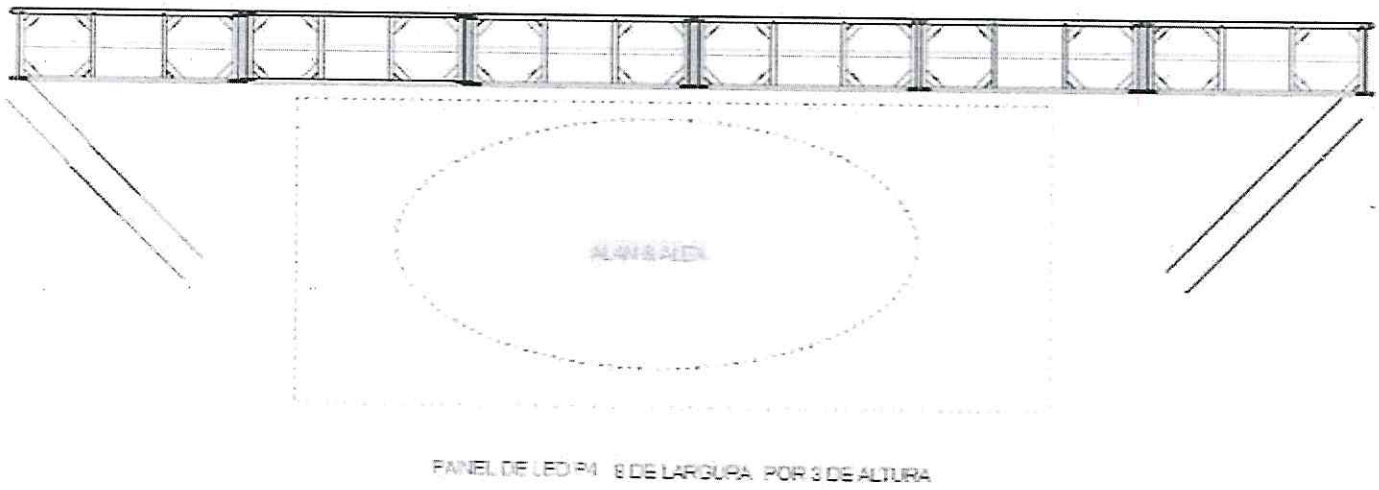

12 PAR 64
12 ELIPSOIDAL
8 BRUTS DE 6 LAMPADAS
3 FOG
3 VENTILADOR
32 PAR LED
6 ATOMIC
24 BEAM 5R OU 7R
MA LIGHT 2
ILUMINADOR RICARDO (31) 998670341





PAINEL DE LED P4 8 DE LARGURA POR 3 DE ALTURA

ILUMINADOR RICARDO (31)88367-0541



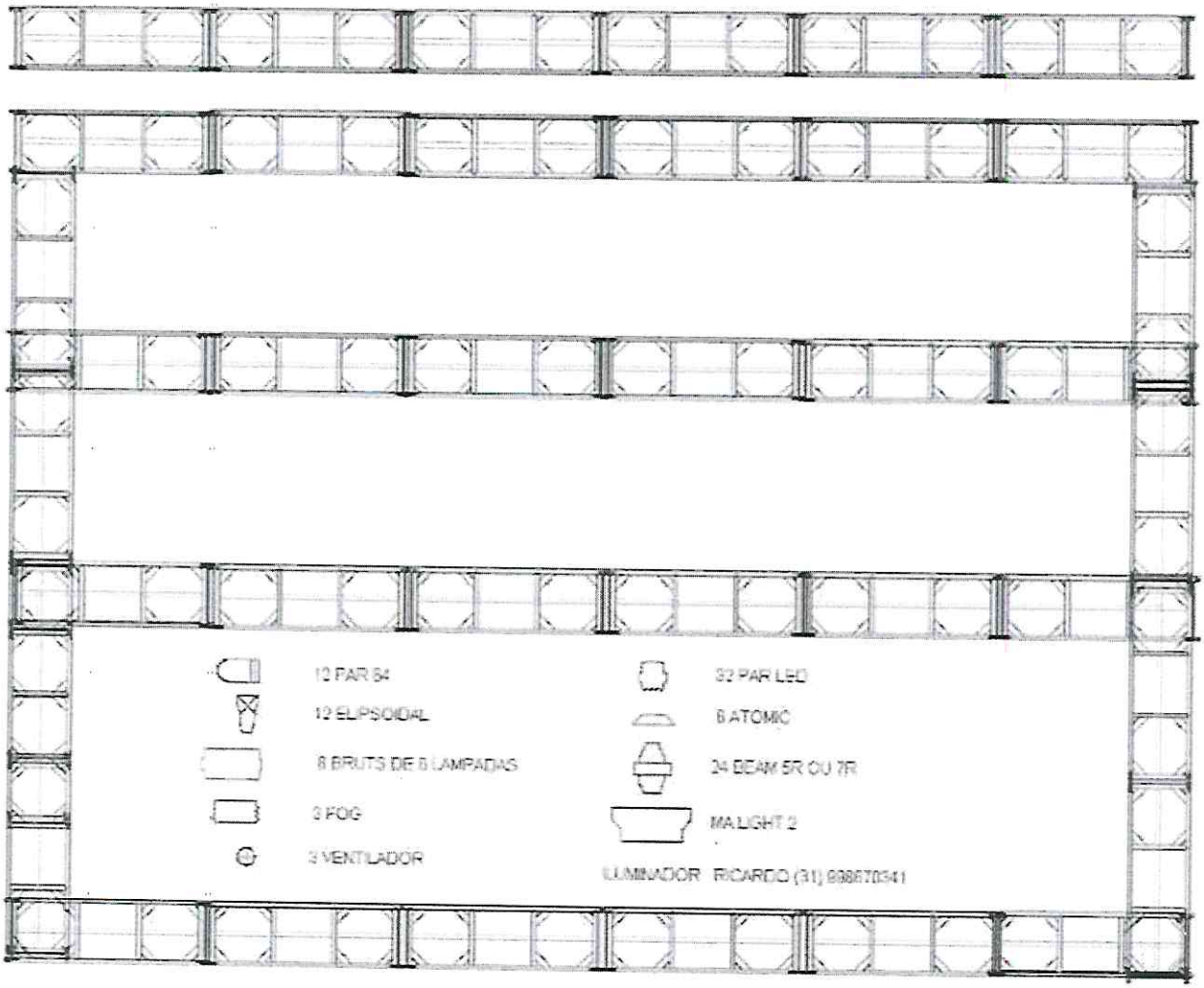
PAINEL DE LED P4 8 DE LARGURA POR 3 DE ALTURA

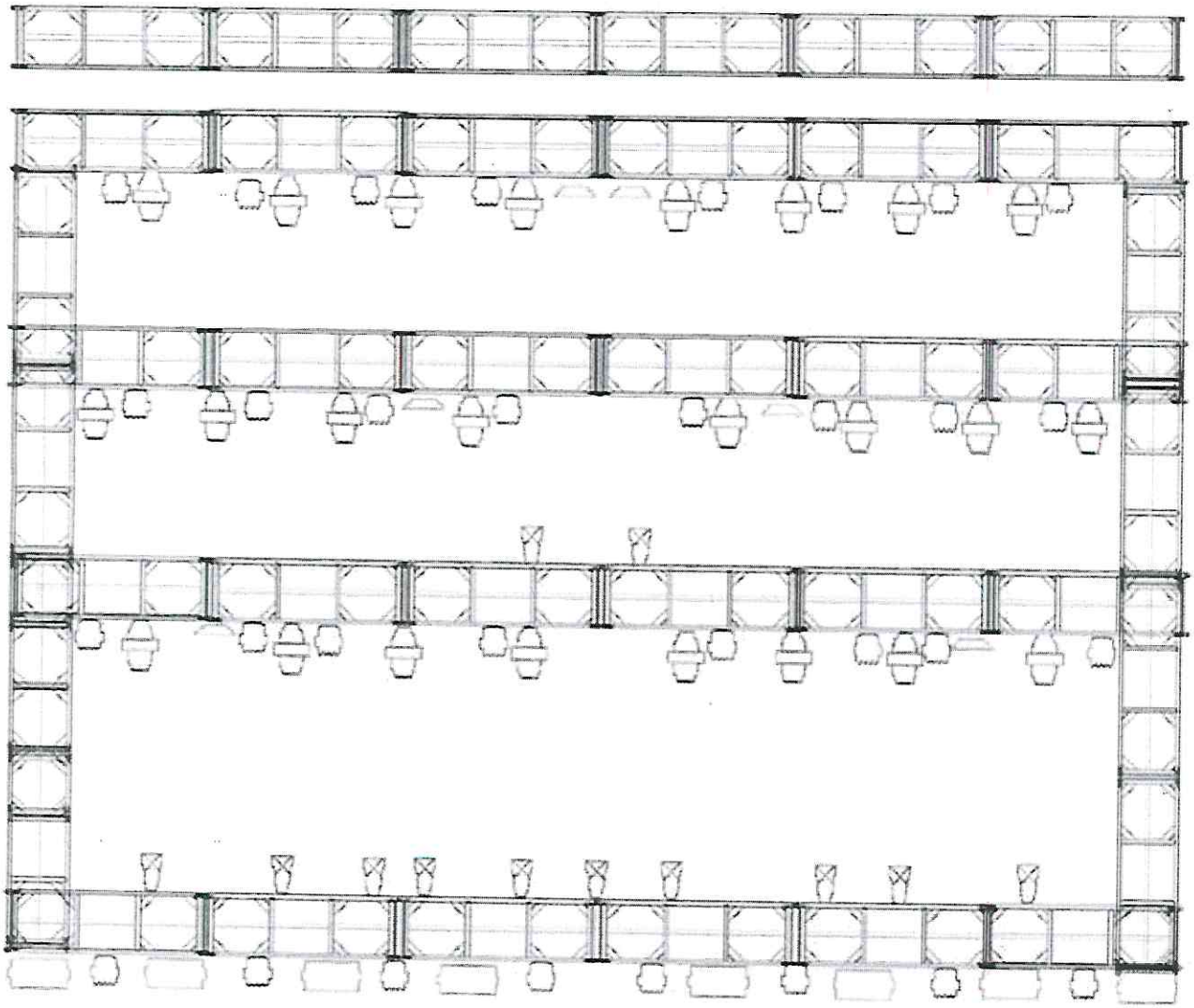
IDISPENSAVEL:

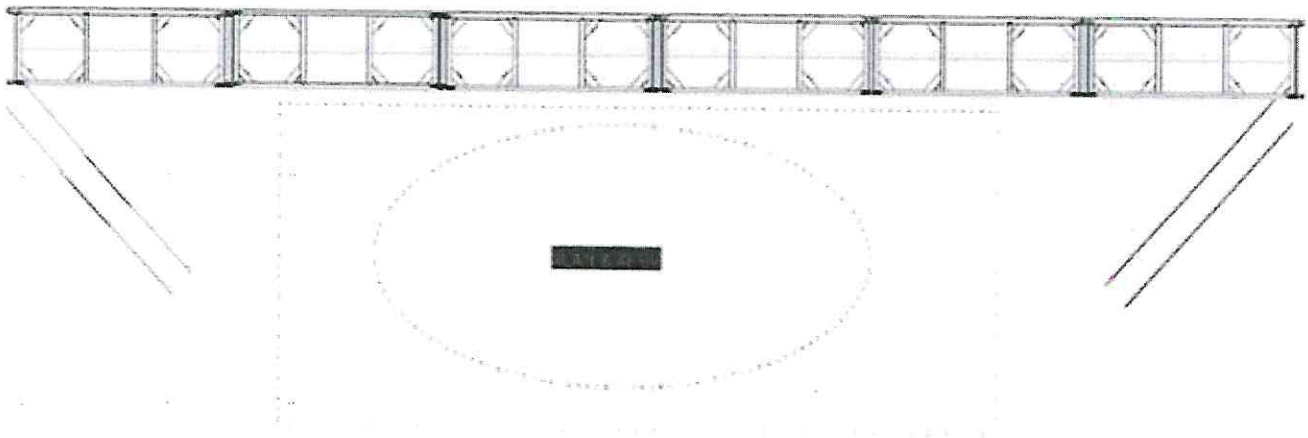
PAINEL DE LED MONTADO NA SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 2/2 ; 4/4 ; 2/2
01 MAQUINA
01 OPERDOR DE LED

O PAINEL DE LED DEVERA SER MONTADO SEPARADAMENTE SENDO 2/2 ; 4/4 ; 2/2;

Obs: Caso de duvidas entrar em contato com a produção:

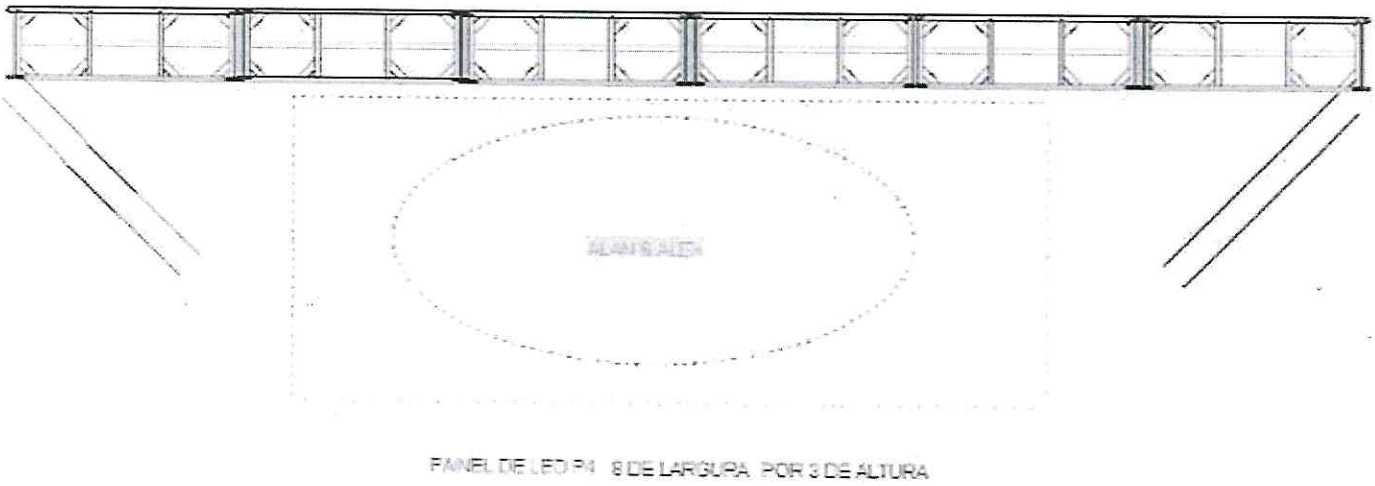

12 PAR 64
12 ELIPSOIDAL
8 BRUTS DE 6 LAMPADAS
3 FOG
3 VENTILADOR
32 PAR LED
8 ATOMIC
24 BEAM 5R OU 7R
MA LIGHT 2
ILUMINADOR RICARDO (31) 988670341





PAINEL DE LED P4 8 DE LARGURA POR 3 DE ALTURA

LUMINADOR RICARDO (31)98867-0341



PAINEL DE LED P4 8 DE LARGURA POR 3 DE ALTURA

IDISPENSAVEL:

PAINEL DE LED MONTADO NA SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 2/2 ; 4/4 ; 2/2
01 MAQUINA
01 OPERDOR DE LED

O PAINEL DE LED DEVERA SER MONTADO SEPARADAMENTE SENDO 2/2 ; 4/4 ; 2/2;

Obs: Caso de duvidas entrar em contato com a produção:

# *RIDER TÉCNICO ALAN & ALEX*

## *SISTEMA F.O.H*

- ✓ CONSOLE DIGITAL ( VENUE PROFILE/MIXRACK, YAMAHA CL5, PM5DRH, M7CL SOUNDCRAFT VI SERIES)
- ✓ P.A COMPATIVEL COM COBERTURA SONORA PARA O LOCAL E PUBLICO ESTIMADO
- ✓ FRONT FILL
- ✓ OUTFILL E TORRES DE DALAY CASO O PA NAO CUBRA TODA ÁREA
- ✓ SISTEMA DEVIDAMENTE ALINHADO

## *SISTEMA DE MONITOR*

- ✓ CONSOLE DIGITAL (YAMAHA CL5, PM5DRH, M7CL SOUNDCRAFT VI SERIES) OUTRA CONSOLE FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O RESPONSÁVEL TÉCNICO.
- ✓ SIDE FILL LINE ARRAY OU KF DUPLO DE CHÃO *(INDISPENSÁVEL)*
- ✓ SUB 2X18 BATERIA
- ✓ 2 VIAS DE MONITOR DE CHÁO *(INDISPENSÁVEL)*
- ✓ SISTEMA COMPLETO DE POWER PLAY 8 VIAS FUNCIONANDO PERFEITAMENTE *(INDISPENSÁVEL)*
- ✓ CORPO DE BATERIA EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO.

## *BACK LINE*

- ✓ AMPLIFICADOR DE BAIXO (AMPEG, GK OU HARTKE)
- ✓ AMPLIFICADOR GUITARRA (FENDER TWIN, MARSHALL. JAZZ CHORUS
- ✓ 12 DIRECT BOX
- ✓ 12 PEDESTAIS
- ✓ 10 PRATICAVEIS *(INDISPENSÁVEL)*

- A potencia do som, bem como a quantidade de caixas e de amplificadores, devem ser compatíveis com o local do evento sendo capaz de gerar "sem distorção" 115 DB SPL na house mix a uma distancia de 25 metros. O sistema devera estar em perfeito estado de conservação e de funcionamento. Para estar em perfeitas condições técnicas para realização do show.

## *HOUSE MIX*

- ***House mix do monitor*** devera ser montada fora da boca de cena, coberta e do mesmo nível de piso do palco para melhor comunicação visual entre o técnico e os artistas.
- ***House mix F.O.H*** devera ser montada no centro do palco. Sua altura de no máximo 40 centímetros do chão com distancia máxima de 40 metros do palco.

## *ATERRAMENTO*

- ✓ O aterramento é de fundamental importância. Devera ter aterramento o sistema de som, luz, led, palco, grid, house mix e geradores para maior segurança de todos.

## *CAMARIM*

**OBS: OS BANHEIROS DEVERÃO ESTAR ACOPLADO AO CAMARIM OU LADO E LIMPOS (PAPEL/SABONETE E ALCOOL) EM PERFEITO ESTADO DE USO E LACRADO PARA USO SOMENTE DA EQUIPE E ARTISTAS.**

- ✓ Os camarins deverão ser montados preferencialmente o mais próximo possível da escada de acesso ao palco. Deve ser devidamente iluminado com o tamanho mínimo de 5x5 metros, piso em bom estado e portas em perfeito estado de funcionamento.

## *CARREGADORES (INDISPENSÁVEL)*

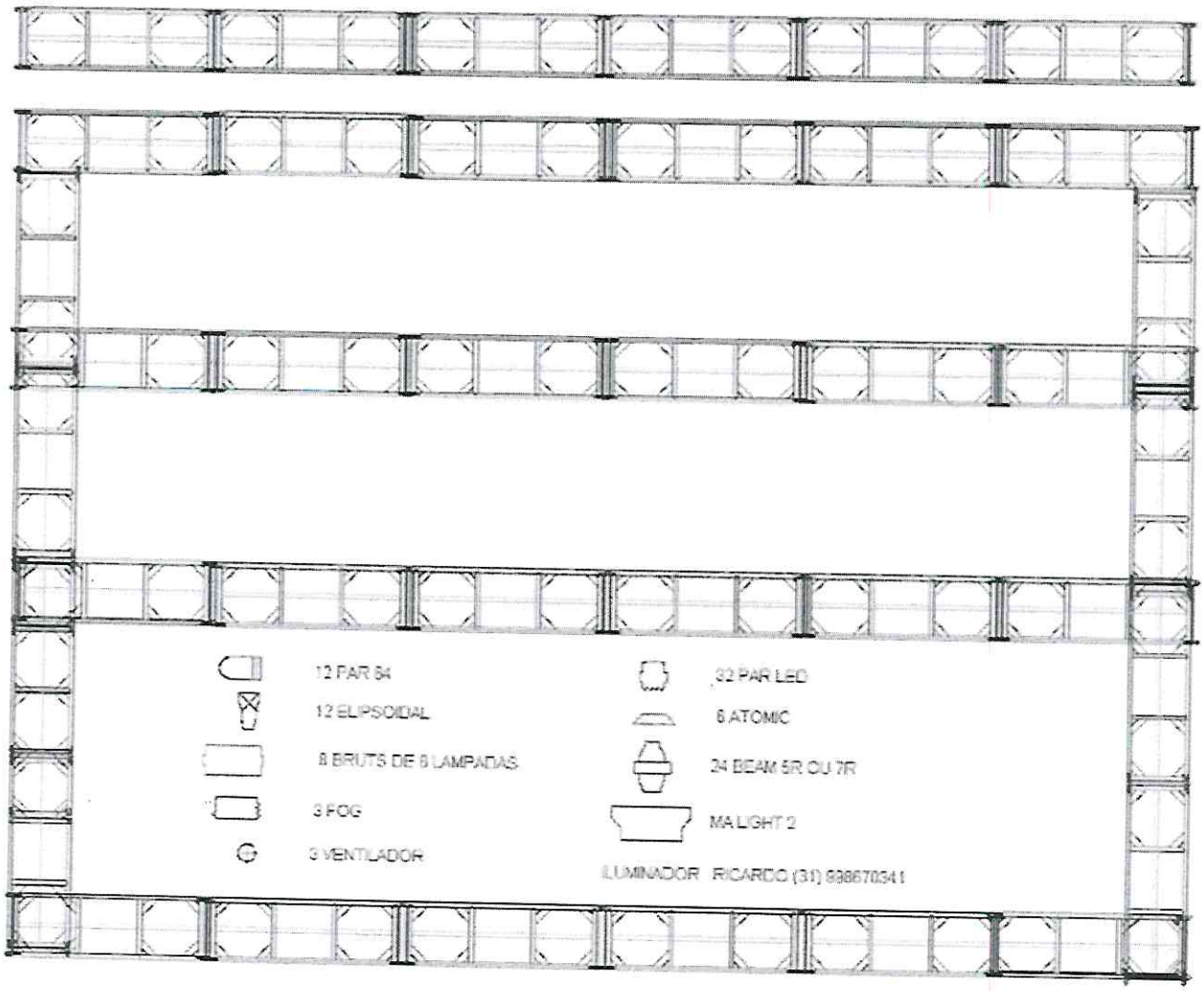
- ✓ Os carregadores deverão estar a disposição no momento de chegada da equipe para a montagem e após o término da apresentação. ( mínimo 6 ).

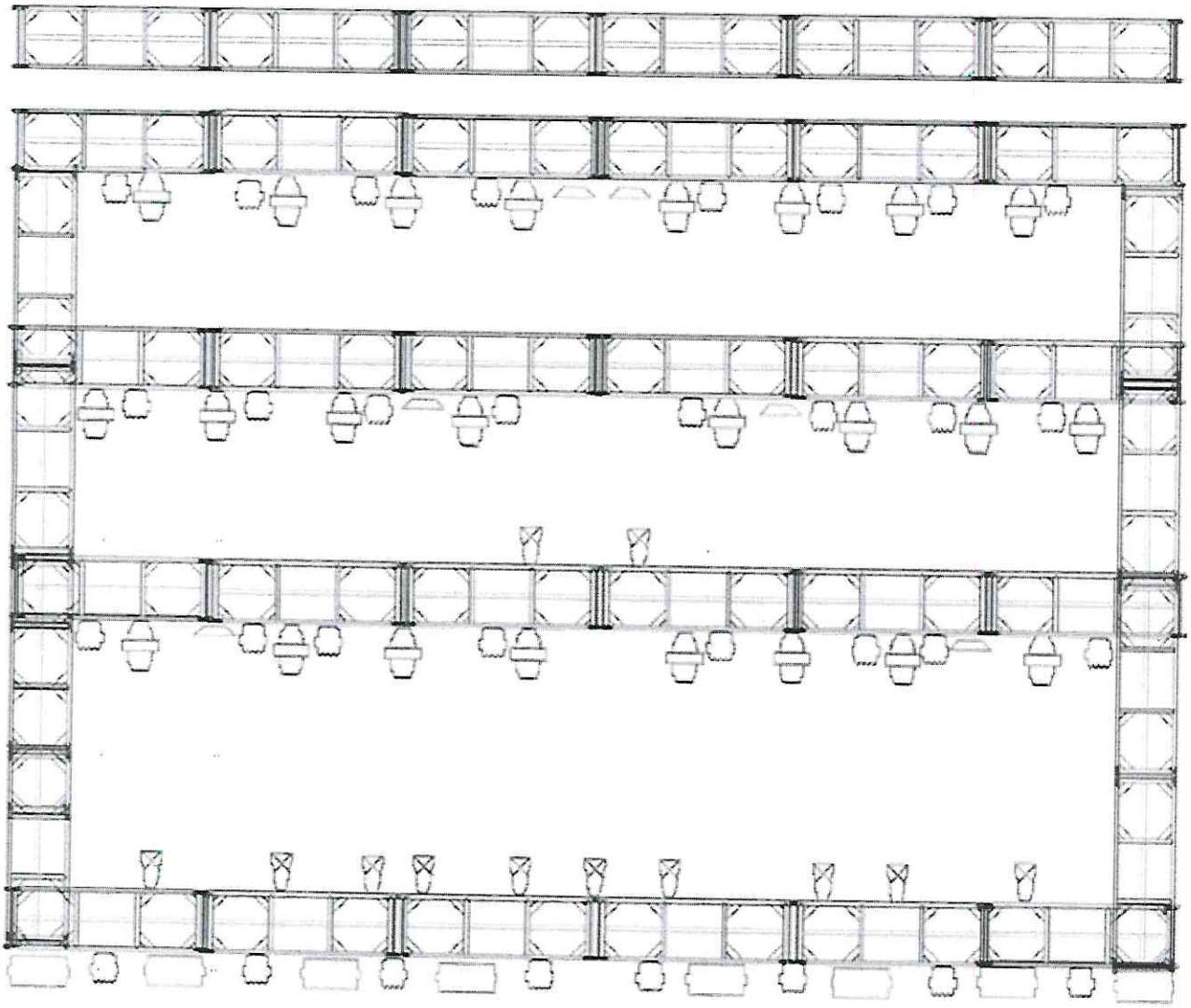
**SISTEMA DE LED : (INDISPENSAVEL)**

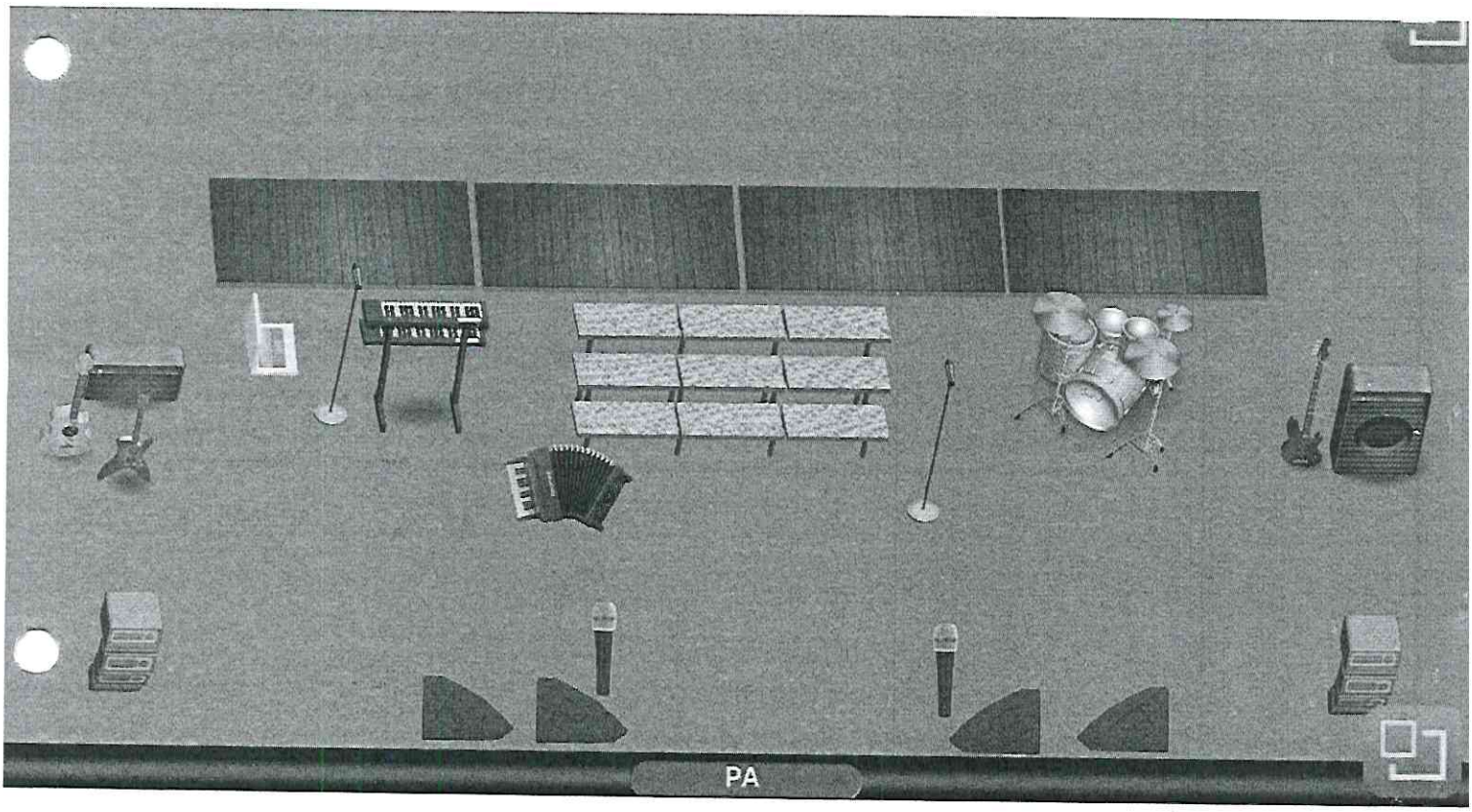
**CONFORME O RIDER DE LED, O SISTEMA OPERACIONAL DEVERÁ ESTAR LIGADO EM CIMA DO PALCO, BEM COMO OPERADOR E COMPUTADOR RESERVA NO PERIODO DA APRESENTAÇÃO DA DUPLA.**

**OBS: EM HIPOTESE ALGUMA O SISTEMA DEVERA ESTAR NA HOUSE MIX. (SOMENTE EM CIMA DO PALCO)**

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
ADRIANO/ALAN E ALEX – (31) 99654-8534


8 metros
12 PAR 64
12 ELIPSOIDAL
8 BRUTS DE 8 LAMPADAS
8 FOG
3 VENTILADOR
32 PAR LED
6 ATOMIC
24 BEAM 5R OU 7R
MA LIGHT 2
ILUMINADOR RICARDO (31) 988670341




PA

**ESTADO DE MINAS GERAIS**
**MUNICIPIO DE MARIANA**
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

# Solicitação de Compra Nº 624/2025

CONTRATAÇÃO DA BANDA "ALAN E ALEX" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO REVEILLON DA CIDADE ALTA

**Solicitante:** MARCOS EDUARDO BATISTA **Data da Solicitação:** 18/12/2025
**Organograma:** 2400100424 - SEC MUN CULTURA PATRIMONIO TURISMO LAZER
**Local de Entrega:** SEDE DO MUNICIPIO
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DA BANDA "ALAN E ALEX" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO REVEILLON DA CIDADE ALTA
**Justificativa:** O RÉVEILLON É UMA DATA DE GRANDE RELEVÂNCIA CULTURAL E SOCIAL, TRADICIONALMENTE ASSOCIADA À CELEBRAÇÃO COLETIVA, À CONFRATERNIZAÇÃO ENTRE FAMILIAS E AMIGOS E À VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO LOCAIS DE CONVIVÊNCIA E LAZER
**Observações:**

## Itens solicitados:

| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Preço Unit. Previsto | Preço Total Previsto |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1,000 | SV | CONTRATAÇÃO ARTISTICA DA "BANDA ALAN E ALEX" - CONTRATAÇÃO ARTISTICA DA "BANDA ALAN E ALEX" | 170.000,0000 | 170.000,00 |

| Máscara | Descrição da Despesa | Valor Estimado |
|---|---|---|

**Preço Total Itens:** 170.000,00

Mariana, 18 de Dezembro de 2025.

.....
MARCOS EDUARDO BATISTA

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

069


Data: 19/12/2025
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1303056/2025**
Data do Bloqueio: 18/12/2025

| | | |
|---|---|---|
| Órgão: | 24.000 | SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT |
| Unidade: | 24.001 | ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECULT |
| Funcional: | 13.392.0016 | Difusão Cultural |
| Projeto/Atividade: | 2.074 | PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS DA CULTURA E DA ARTE |
| Elemento: | 3.3.90.39.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica |
| Código reduzido: | 606 | |

**Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo**

| Histórico | Data Bloqueio | Processo administrativo | Saldo da Dotação | Valor Bloqueado | Valor Desbloqueado | Saldo Atual |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.708.000.0000 | 18/12/2025 | 212/2025 | 460.625,96 | 200.000,00 | 0,00 | 260.625,96 |

CONTRATAÇÃO DA BANDA "ALAN E ALEX" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO REVEILLON DA CIDADE ALTA

Fonte de Recursos:

| Número: | Descrição: | Valor |
|---|---|---|
| 1.708.000.0000 | Transferência da União Referente à Compensação | 200.000,00 |

Anderson Lopes Coelho Stoppa
***.***.236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# Termo de Abertura/autuação

Ao 18º dia do mês de dezembro do Ano de **2025,** nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 212/2025**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

**Érika Alves Quirino**
**Coordenadora Geral de Compras**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exmo. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:

**CONTRATAÇÃO DA BANDA "ALAN E ALEX" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO REVEILLON DA CIDADE ALTA.**

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/2021, e suas alterações. Sendo assim, sugerimos o uso da modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para** o caso.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

25001 27 812 0014 339039 1708 Ficha 606

**Valor Global Estimado: R$ 170.000,00** (cento e setenta mil reais).

Mariana, 18 de dezembro de 2025

**ERIKA ALVES QUIRINO DOS SANTOS**
Coordenador Geral de Compras

**De acordo:.**

**MARCOS EDUAROD BATISTA**
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

072

# PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**INEXIGIBILIDADE: 180/2025**

**PROCESSO: 212/2025**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA "ALAN E ALEX" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO REVEILLON DA CIDADE ALTA.**

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Patrimônio Histórico e Lazer, com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 180/2025, nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em abrilhantar as festividades do "Natal de Luz" no Município de Mariana;

CONSIDERANDO que as festividades do "Réveillon na Cidade Alta" têm relevância cultural e social;

CONSIDERANDO ainda que a atração musical contribui de forma significativa para atratividade do evento, ampliando a participação popular;

CONSIDERANDO a manifesta necessidade de estimular a celebração de eventos que valorizam a cultura local, além de fomentar a economia, divulgando o Município e atraindo maior público;

CONSIDERANDO que a empresa contratada possui um trabalho consolidado e reconhecido pelo público;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, inclusive no mesmo período carnavalesco, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana 18 de dezembro de 2025

ERIKA ALVES QUIRINO
Coordenadora de Compras

174

# PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**EMENTA: PARECER - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 180/2025 – PRC 212/2025- PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO – PROCESSAMENTO E TRAMITES REGULARES.**

## I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação artística da "Banda Alan e Alex", para apresentação artística, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento baseando-se nos artigos 33 e seguintes do Decreto Municipal nº 10.573/2023, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU nº 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

## II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 2º, § 3º, da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*".

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

175

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Gustavo Salvador dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

## III – FUNDAMENTAÇÃO

### III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei nº 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

### III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

O artigo 72 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI – Razão da escolha do contratado;
> VII - Justificativa de preço;
> VIII - Autorização da autoridade competente.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação artística da "Banda Alan e Alex" para apresentação artística no Município de Mariana-MG, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer, com fulcro no o inciso II, do art. 74 da Lei 14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

No presente caso a Lei Federal nº 14.133/21, em seu art. 74, inciso II, trouxe a possibilidade de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de inexigibilidade de licitação.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei 14.133/2021.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda nº 158 (fls. 001/003) Estudo Técnico Preliminar nº 158 (fls. 004/010), Termo de Referência (fls. 012/020), todos aprovados e assinados pelo Secretário Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer.

A estimativa prévia de preço da contratação em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando os preços constantes nas notas fiscais e contratações públicas e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Tal estimativa consta no Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010).

Consta, à fl. 069, o bloqueio orçamentário que demonstra compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido pela "Banda Alan e Alex" com a celebração do contrato.

Acostada documentação referente aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (fls. 026/043). Isto posto, os documentos de qualificação devem ser avaliados tecnicamente pela secretaria ordenadora de despesas, responsável pela elaboração do Termo de Referência, conforme observa-se às fls. 015/016.

A razão da escolha do contratado pode ser observada à fl. 012, na qual o Secretário ordenador de despesas afirma que:

> "O Réveillon é uma data de grande relevância cultural e social, tradicionalmente associada à celebração coletiva, à confraternização entre famílias e amigos e à valorização dos espaços públicos como locais de convivência e lazer. A realização de programação musical ao vivo contribui de forma significativa para a atratividade do evento, ampliando a participação popular e garantindo um ambiente adequado, seguro e organizado para a celebração. A presença de uma banda possibilita a oferta

Gustavo Calvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

> de entretenimento de qualidade, atendendo a diferentes faixas etárias e perfis de público, além de fomentar o acesso democrático à cultura, em consonância com as políticas públicas de incentivo às manifestações artísticas. Além do aspecto cultural, o evento impacta positivamente a dinâmica social e econômica da Cidade Alta, estimulando o comércio local, o turismo e a ocupação responsável dos espaços urbanos, especialmente em um período de grande circulação de pessoas. A programação organizada pelo Poder Público também contribui para evitar eventos informais e desestruturados, promovendo maior controle, planejamento e segurança."

Consta Release e proposta às fls. 023 e seguintes. Ressalta-se que a razão da escolha do contratado é de exclusiva responsabilidade do ordenador de despesas.

A autorização da autoridade competente para a contratação direta mediante Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei 14.133/2021 pode ser verificada às fls. 071, com a "Abertura do Processo Licitatório".

A justificativa de preços pode ser comprovada por meio de contratos e notas fiscais, às fls. 044/046, bem como pela fundamentação apresentada pelo ordenador de despesas, à fl. 022. Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU nº 17, a seguir:

> A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei n.º 14.133, de 2021:

> Art. 23 (...) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

O §2º do artigo 74 da Lei 14.133/2021 determina que:

> "(...) considera-se empresária exclusiva a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

79

> específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico"

Para tanto, foi juntado Contrato de Exclusividade, às fls. 024.

O objeto singular torna inviável a realização da licitação, visto que o serviço/produto somente pode ser elaborado ou entregue por pessoa jurídica singular, diretamente ou através de representante exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Segundo Joel de Menezes Niebuhr[1], é cabível a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissionais do ramo artístico nos seguintes termos:

> A inexigibilidade para contratação de serviços artísticos, por sua vez, encontra fundamento na subjetividade que lhes é imanente. A arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva. Antes disso, a arte é expressão da alma, do espírito, da sentimentalidade, da criatividade, por tudo e em tudo singular. Desta maneira – é imperativo ressaltar em virtude de ser muito frequente a confusão – a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos não depende da inexistência de outros artistas que também possam prestar o serviço. Aliás, pode e costuma haver vários artistas capazes e habilitados, mas, mesmo assim, inexigível é a licitação pública, em tributo à singularidade de expressão.

Através da Consulta nº. 14/2013, o Ministério Público do Estado de Minas, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (CAOPP), afirmou que não há como definir, segundo os critérios legais, o que venha a ser "crítica especializada" e qual o alcance de sua atuação. Citando Diógenes Gasparini[2], a resposta é apresentada:

> Por força do estabelecido no inciso III do artigo 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião. O dispositivo em apreço não traz grandes dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro

[1] NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*. 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 187.
[2] GASPARINI. Diógenes. *Direito Administrativo*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 323.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública.

Às fls. 048/054, constam apresentações correlatas do artista em eventos similares, a fim de demonstrar sua atuação no cenário musical e o alcance de sua especialização.

Consta "Parecer em Processo de Inexigibilidade de Licitação" às fls. 072/073.

Desse modo, a juntada do presente Parecer Jurídico aos autos, associado aos trabalhos elaborados pela Procuradoria Geral do Município, auxilia no cumprimento dos requisitos do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

Importante reforçar com o parágrafo único do mesmo art. 72 da Nova Lei de Licitações dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

**IV – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Procuradoria Geral, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação de profissional do setor artístico a ser realizado pela "Banda Alan e Alex", desde que cumpridas as seguintes ressalvas:

**a)** Seja colhida assinatura do Secretario ordenador de despesas na Solicitação de Compra de fl. 068, e na Abertura de Processo Licitatório de fl. 071.

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 22 de dezembro de 2025.

**Gustavo Galvão Santos**
**Procurador Jurídico**
**OAB/MG n° 172.712**

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

# PARECER DO CONTROLE INTERNO

**INTERESSADOS:** Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

**ASSUNTO/OBJETO:** Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo abaixo citado, cujo objeto é contratação do artista " ALAN & ALEX".

---

## DADOS DO PROCESSO

**Processo administrativo de contratação direta nº: 212/2025**
**Inexigibilidade de licitação nº:** 180/2025

**Dispositivo legal:** Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

---

## DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 177/2018, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana**.

## DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

No artigo 169, §3°, a Lei n° 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei n° 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal n° 11.813/2024, e do Decreto municipal n° 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal n° 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

---

[1] **Lei n° 14.133/21 - art. 169, § 3°** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: **I** - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; **II** - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3°, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

[2] **Decreto municipal n° 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto Municipal n° 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3] **Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
**Art. 17.** "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1°.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2°.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. "

Danilo Brito das Dores
Controladoria Geral

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo desta apreciação **83 folhas** reunidas em **1 (um) volume**. Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

## RELATÓRIO

**O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:**

**1.** Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – fls. 01 a 03, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado (a) de planejamento da contratação responsável pela elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas.

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Danilo Brito Borges
Controlador Geral

**2.** Consta o Estudo técnico preliminar – fls. 04 a 10, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado (a) de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo (a) ordenador (a) de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021,

**3.** Consta a análise dos riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2° e §3°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado(a) de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas - fls. 11.

**4.** Consta o Termo de Referência – fls 12 a 20, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2°, 3°, 4° e 6° do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/2024, assinado pelo encarregado(a) de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6°, inciso XXIII c/c art. 40, §1°, ambos da Lei 14.133/21.

**5.** Consta a proposta da futura contratada, no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) - fls. 23.

**6.** Consta no item 1 do DFD – fl. 01; item 1 e 5 do ETP – fls. 04 a 05 e item 2 do TR – fl. 13, manifestação do ordenador de despesas explicitando a razão da escolha da futura contratada, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal n° 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei n° 14.133/2021.

**7.** Para justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II c/c § 2° do art. 74, da Lei n° 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal n° 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: manifestação quanto a representatividade do artista no cenário nacional prints divulgação de shows e apresentações - fls. 48 a 54.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

**8.** Consta nos autos a comprovação de que a EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA, inscrito sob o nº CNPJ: 22.043.661/0001-37, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de Declaração – fl. 021, certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista com seus prazos de validades vigentes; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**9.** Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados: justificativa de preço – fl. 22; e três notas fiscais: Nota Fiscal nº 2025/68 emitida em 12/08/2025 – fl. 81; Nota Fiscal nº 2025/58 emitida em 22/07/2025 – fl. 082 e Nota Fiscal nº 20250/014 emitida em 27/03/2025 – fls. 83.

**9.1.** Quanto à apreciação dos documentos acima descritos, nos termos da alínea "c", do art. 16 da Lei nº 11.812/24, com base nas diretrizes delineadas na Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024[5], observou-se que a justificativa de preços foi materializada com base em valores de contratações de objetos idênticos comercializados pela futura contrata, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração pública, cumprindo, dessa forma, os critérios estabelecidos no § 1º do art. 7º da referida IN.

**9.2.** Em cumprimento ao disposto no art. 16, alínea "b", do Decreto Municipal nº 11.812/2024, trata-se agora da verificação quanto a existência de demonstração da compatibilidade do preço a ser contratado com o valor de mercado, bem como da vantagem econômica.

[5] A **Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Vejamos os valores conforme tabela 01 a seguir.

**Tabela 01:** Comparativo de preços.

| **Preços praticados pela proponente em outras contratações. (A)** | | **Preço proposto ao Município de Mariana (B)** | **Comparativo de A vs. B Resultado: > ou = ou <** |
|---|---|---|---|
| Nota fiscal nº 2024...01 | R$ 170.000,00 | **R$ 170.000,00** | = |
| Nota fiscal nº 2025...01 | R$ 170.000,00 | | = |
| Nota fiscal nº 2025...02 | R$ 190.000,00 | | = |

Após análise comparativa entre o preço proposto e os apresentados como justificativa, conforme demonstrado na tabela 01, acima, observa-se que o valor da proposta R$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais) é compatível com os que a proponente pratica no mercado, e levando em consideração que o preço é igual aos demais, entende-se que há demonstração da vantagem econômica.

**10.** Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado e autorizado pelo Ordenador de despesas – fls.112.

**11.** Consta a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente ao exercício corrente (25.001.27.812.0014.339039 1708 – ficha 606) – fl. 071. (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000).

**12.** Consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação – fl. 71.

**13.** Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - fls. 072 e 073, em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

**14.** Consta o parecer jurídico - fls. 074 a 080, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

**15.** Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

## CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[6]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo, podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis"*.

[6] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: 29/09/2025 às 16h51min.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[7] do Decreto municipal n° 11.812/2024,

[7] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1°.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2°.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. **I -** Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá**: **a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

Danilo Brito dos Dores
Controlador Geral

## PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

**Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais nº 11.812/2024 e nº 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:**

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em conformidade com o §1º do art. 14, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

✓ Confeccionar o empenho, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à realização da despesa**. Nesse ponto, **a Controladoria Geral, recomenda** que seja realizado após a homologação do presente processo e **antes da assinatura do contrato**. Além disso, **recomenda-se** que seja indicado no instrumento contratual, por tratar-se de garantia do particular quanto ao pagamento futuro e por ser um dos requisitos que devem ser analisados pelo gestor para a liquidação da despesa. Tal recomendação é consentânea com o acordão do TCU, nº 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964".

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação** e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6º, § 1º, c/c art. 7º, ambos do Decreto Municipal nº 11.813/2024.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 23 de dezembro de 2025.

**Danilo Brito das Dores**
Controlador Geral do Município
Município

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

# NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

| Nº:2025/68 | Emitida em: 12/08/2025 às 12:09:19 | Competência: 12/08/2025 | Código de Verificação: 1726c199 |
|---|---|---|---|

**EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA**
**CPF/CNPJ: 22.043.661/0001-37** **Inscrição Municipal: 0984658/001-6**
AVE HERACLITO MOURAO DE MIRANDA, 1480, LOJA 23, Castelo - Cep: 31330-142
Belo Horizonte MG
Telefone: Email:

## Tomador do(s) Serviço(s)

**CPF/CNPJ: 73.357.469/0001-56** **Inscrição Municipal: Não Informado**
**Prefeitura Municipal de Lagoa Santa**
Rua São João , 290, centro - Cep: 33230-103
Lagoa Santa MG
Telefone: Não Informado Email: Não Informado

**NFS-e Substituída:** 2025/67

## Discriminação do(s) Serviço(s)

Contratação de show da dupla Alan e Alex para apresentação durante a festa de agosto 2025 em Lagoa Santa/MG. Local de execução é na praça Felipe Rodrigues - poliesportivo- centro - Lagoa Santa/MG. No dia 16 de agosto de 2025.

Dados Bancarios : BANCO CAIXA ECONOMICA;AG:1382 ; CC: 2927-6 OP:03 Extouro Music & Eventos.

Solicitação de Fornecimento de nº 4774/2025.

**Código de Tributação do Município (CTISS)**
1213-0/01-88 / Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

**Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:**
12.13 / Producao, mediante ou sem encomenda previa, de eventos, espetaculos, entrevistas, shows, ballet, dancas, desfiles, bailes, teatros, operas, concertos, recitais, festivais e congeneres.

**Cod/Município da incidência do ISSQN:**
3137601 / Lagoa Santa

**Natureza da Operação:**
Tributação fora do município

| | |
|---|---|
| **Valor dos serviços:** | **R$ 170.000,00** |
| (-) Descontos: | R$ 0,00 |
| (-) Retenções Federais: | R$ 0,00 |
| (-) ISS Retido na Fonte: | R$ 0,00 |
| **Valor Líquido:** | **R$ 170.000,00** |

| | |
|---|---|
| **Valor dos serviços:** | **R$ 170.000,00** |
| (-) Deduções: | R$ 0,00 |
| (-) Desconto Incondicionado: | R$ 0,00 |
| **(=) Base de Cálculo:** | **R$ 170.000,00** |
| (x) Alíquota: | 2% |
| **(=)Valor do ISS:** | **R$ 3.400,00** |

**Outras Informações:**
**Alerta Fiscal: NFS-e emitida em desacordo com a LC 116/2003! O ISSQN incidente sobre o serviço declarado é devido ao município de Belo Horizonte. Chave de acesso no Ambiente de Dados Nacional: 31062001222043661000137250000000006825081697098625.**

Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda
Rua Espírito Santo, 605 - 3° andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG.
Dúvidas: SIGESP

BH NOTA 10

# NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

| Nº:2025/58 | Emitida em: | Competência: | Código de Verificação: |
|---|---|---|---|
| | 22/07/2025 às 12:30:55 | 22/07/2025 | 82e25298 |

EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA
CPF/CNPJ: 22.043.661/0001-37 Inscrição Municipal: 0984658/001-6
AVE HERACLITO MOURAO DE MIRANDA, 1480, LOJA23, Castelo - Cep: 31330-142
Belo Horizonte MG
Telefone: Email:

## Tomador do(s) Serviço(s)

CPF/CNPJ: 01.620.744/0001-71 Inscrição Municipal: Não Informado
MUNICIPIO DE VERMELHO NOVO
RUA PREFEITO WILSON DAMIAO, 48, LETRAA, CENTRO - Cep: 35359-000
Vermelho Novo MG
Telefone: Não Informado Email: Não Informado

## Discriminação do(s) Serviço(s)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2025 PROCESSO Nº 020/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 003/2025

Realização de Show com a dupla Sertaneja Alan & Alex, artistas conhecidos nacionalmente para o dia 24/07/2025 com 1h30min de apresentação, com início às 23h50min.

Optante Pela Perse::
TRIBUTAÇAO DE IMPOSTOS FEDERAIS EM ALIQUOTA IGUAL A 0%, - LEI 14.148/2021- ARTIGO 4º ALIQUOTA SERA DE 0% DURANTE PERIODO DE 60 MESES, SENDO CONTADO A PARTIR DO INICIO DA PRODUÇAO DOS EFEITOS DA LEI, TRIBUTOS INCLUSOS: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL.
DADO BANCARIOS: Banco: Caixa Economica AG: 1382 CC: 2927-6 - Op:03 Extouro Music/ chave Pix Cnpj: 22.043.661/0001-37

**Código de Tributação do Município (CTISS)**
1213-0/01-88 / Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

**Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:**
12.13 / Producao, mediante ou sem encomenda previa, de eventos, espetaculos, entrevistas, shows, ballet, dancas, desfiles, bailes, teatros, operas, concertos, recitais, festivais e congeneres.

**Cod/Município da incidência do ISSQN:**
3171154 / Vermelho Novo

**Natureza da Operação:**
Tributação fora do município

| Valor dos serviços: | R$ 170.000,00 |
|---|---|
| (-) Descontos: | R$ 0,00 |
| (-) Retenções Federais: | R$ 0,00 |
| (-) ISS Retido na Fonte: | R$ 0,00 |
| Valor Líquido: | R$ 170.000,00 |

| Valor dos serviços: | R$ 170.000,00 |
|---|---|
| (-) Deduções: | R$ 0,00 |
| (-) Desconto Incondicionado: | R$ 0,00 |
| (=) Base de Cálculo: | R$ 170.000,00 |
| (x) Alíquota: | 2% |
| (=)Valor do ISS: | R$ 3.400,00 |

**Outras Informações:**
Alerta Fiscal: NFS-e emitida em desacordo com a LC 116/2003! O ISSQN incidente sobre o serviço declarado é devido ao município de Belo Horizonte. Chave de acesso no Ambiente de Dados Nacional: 31062001222043661000137250000000005825070001999813.

# NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

| Nº:2025/14 | Emitida em: | Competência: | Código de Verificação: |
|---|---|---|---|
| | 27/03/2025 às 13:55:54 | 27/03/2025 | 924be318 |

**EXTOURO MUSIC & EVENTOS LTDA**
**CPF/CNPJ: 22.043.661/0001-37** **Inscrição Municipal: 0984658/001-6**
AVE HERACLITO MOURAO DE MIRANDA, 1480, LOJA 23, Castelo - Cep: 31330-142
Belo Horizonte MG
Telefone: Email:

## Tomador do(s) Serviço(s)

**CPF/CNPJ: 32.523.944/0001-30** **Inscrição Municipal: 1126817/001-6**
**BRUNO DUTRA MACIEL**
RUA SERINGUEIRA, 280, Nova Gameleira - Cep: 30510-690
Belo Horizonte MG
Telefone: Não Informado Email: Não Informado

## Discriminação do(s) Serviço(s)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTISTICO DA DUPLA ALAN E ALEX EM COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES CAFE COM BUSINES/ HUB DE NEGOCIOS E COWORKING.

**Código de Tributação do Município (CTISS)**
1213-0/01-88 / Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

**Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:**
12.13 / Producao, mediante ou sem encomenda previa, de eventos, espetaculos, entrevistas, shows, ballet, dancas, desfiles, bailes, teatros, operas, concertos, recitais, festivais e congeneres.

**Cod/Município da incidência do ISSQN:**
3106200 / Belo Horizonte

**Natureza da Operação:**
Tributação no município

| | |
|---|---|
| **Valor dos serviços:** | **R$ 190.000,00** |
| (-) Descontos: | R$ 0,00 |
| (-) Retenções Federais: | R$ 0,00 |
| (-) ISS Retido na Fonte: | R$ 0,00 |
| **Valor Líquido:** | **R$ 190.000,00** |

| | |
|---|---|
| **Valor dos serviços:** | **R$ 190.000,00** |
| (-) Deduções: | R$ 0,00 |
| (-) Desconto Incondicionado: | R$ 0,00 |
| **(=) Base de Cálculo:** | **R$ 190.000,00** |
| (x) Alíquota: | 5% |
| **(=)Valor do ISS:** | **R$ 9.500,00** |

**Outras Informações:**
Chave de acesso no Ambiente de Dados Nacional: 31062001222043661000137250000000001425036654607508.

**Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda**
Rua Espírito Santo, 605 - 3° andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG.
Dúvidas: SIGESP

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

**AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE**

**INEXIGIBILIDADE: 180/2025**

**PROCESSO: 212/2025**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DA BANDA "ALAN E ALEX" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO REVEILLON DA CIDADE ALTA.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em garantir um calendário cultural extenso e diversificado;

CONSIDERANDO que as festividades do "Réveillon na Cidade Alta" têm relevância cultural e social, que apresentação musical amplia a participação popular;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses dos artistas, visto que a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, inclusive no mesmo período carnavalesco, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 23 de dezembro de 2025

**MARCOS EDUARDO BATISTA**

Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo